



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 619 - DE 13 A 27 DE SETEMBRO DE 2020 - R\$ 4,00

Em defesa da greve dos Correios



Pôr em pé um movimento nacional contra as privatizações

**Superar o isolamento da luta grevista
Vencer a passividade da direção burocrática**

Que as centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações!

**80 anos do assassinato de Trotsky
82 anos da fundação da IV Internacional
Viva o Partido Mundial da Revolução Socialista!**



Época das contrarreformas Onde está o grande problema?

As reformas se caracterizam por expressar o desenvolvimento das forças produtivas. Incidem, tanto no terreno econômico, como no social e político. Eis por que marcaram o capitalismo liberal do século XIX. As contrarreformas expressam o estancamento das forças produtivas e o declínio do capitalismo mundial. São próprias do capitalismo monopolista, cujos marcos se ergueram no início do século XX, de predomínio do capital financeiro, portanto, do imperialismo.

As duas grandes guerras mundiais resultaram do choque das forças produtivas com as relações de produção, enclausuradas pelos monopólios; contradição que se converte em choque entre aquelas e as fronteiras nacionais. A Primeira Guerra não destruiu em escala necessária parte das forças produtivas, e não acomodou os conflitos entre as fronteiras nacionais. A Segunda Guerra seria potenciada pela Grande Depressão, e pela necessidade de uma nova e mais completa partilha do mundo. Desta vez, a devastação foi gigantesca.

A tecnologia e indústria bélica deram um gigantesco salto em sua capacidade destrutiva. O teste da bomba atômica sobre o Japão evidenciou a natureza da “Nova Ordem Mundial”, ditada pelos Estados Unidos. A revolução proletária na Rússia, que emergiu nas entranhas da Primeira Guerra, rompeu um dos elos da cadeia capitalista, e abriu um período de transição para o socialismo.

As revoluções proletárias passaram a ser a condição para libertar as forças produtivas mundiais das travas regressivas e bárbaras do monopólio e da dominação imperialista. Depois da Segunda Guerra, se ergueu a revolução na China. Mais um poderoso elo se rompia. As revoluções anteriormente derrotadas se contrapuseram ao curso das transformações regionais e mundiais. Mas as genuínas revoluções na Rússia e China se ergueram como dois pilares, com os quais o imperialismo se chocaria e agiria estrategicamente para quebrá-los.

O revisionismo nacionalista, estalinista, no processo de transição do capitalismo ao socialismo, se encarregaria de abrir os flancos para o restauracionismo capitalista. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular da China foram incorporadas na Nova Ordem do pós-guerra, na forma da “paz” rapina, de Potsdam e da “coexistência pacífica”, embora as contradições não permitissem, e o imperialismo não cessasse um segundo em seu objetivo de potenciar as forças restauracionistas.

A derrocada da União Soviética, em 1991, e o avanço da restauração na China concluíram o período histórico de conquistas, que foram destruídas e convertidas em retrocesso. Inúmeras foram as etapas de conflito e de avanço das forças restauracionistas, chefiadas pelos Estados Unidos. Entre os anos de 1960 e 1970, as tendências de desintegração da ordem do pós-guerra tomaram corpo. O capitalismo mundial, reconstruído da hecatombe, se movimenta em meio às leis históricas de seu esgotamento, e evidencia as travas monopolistas que impossibilitaram no passado a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas, e que gestaram as duas grandes guerras.

O arcabouço de reformas mundiais arquitetado pelos Estados Unidos se mostrou insustentável, e serviu para ocultar a espoliação imperialista das semicolônias, submetidas à nova repartição mundial. Não foi possível modificar a orientação

geral de que o capitalismo monopolista não comporta reformas, de maneira que, à burguesia, não restava e não resta, senão impor as contrarreformas à classe operária e, em particular, aos países semicoloniais, que devem arcar com o maior peso das crises.

A liquidação de conquistas das revoluções proletárias faz parte das contrarreformas mundiais. Os retrocessos das transformações revolucionárias se voltam contra a classe operária e os demais explorados, em toda a parte, tanto nas potências quanto nas

semicolônias. Ocorre que o amplo movimento das contrarreformas somente tem sido possível, devido à desorganização mundial do proletariado e à crise de direção revolucionária, cuja responsabilidade do estalinismo contrarrevolucionário está à vista.

O combate às contrarreformas, como se vê, exige a assimilação, a defesa e a aplicação – nas condições particulares da nova etapa de desintegração do capitalismo – das posições programáticas, ideológicas, organizativas, políticas e econômicas da classe operária mundial. Observa-se que a luta de classe tende a se agravar, com a putrefação do capitalismo e com a necessidade da burguesia de descarregá-la sobre a maioria oprimida. Obrigatoriamente, os explorados têm de reagir e, assim, coloca objetivamente o problema da direção revolucionária. O Programa de Transição da IV Internacional reúne essas condições, basta que a vanguarda com consciência de classe o expresse, constituindo o programa em cada país, e erguendo o partido marxista-leninista-trotskista.

O combate às contrarreformas, como se vê, exige a assimilação, a defesa e a aplicação – nas condições particulares da nova etapa de desintegração do capitalismo – das posições programáticas, ideológicas, organizativas, políticas e econômicas da classe operária mundial.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org - facebook/massas.por

A crise econômica assola o país

Qual é a resposta?

A queda do produto interno bruto (PIB), no segundo trimestre, foi de 9,7%, em relação ao primeiro trimestre, que sofreu uma retração de 2,5%. Assim, o primeiro semestre sofreu uma queda de 11,9%. Avalia-se que, no segundo semestre, haverá uma retomada da produção, comércio e serviço. Caso se confirme, o ano fechará com o PIB negativo em 5,2%, na estimativa do JP Morgan. Aguarda-se uma alta, acima de 7%, no terceiro trimestre, e algo em torno de 2%, no quarto trimestre. As estimativas, certamente, poderão variar. O que está claro é que a reabilitação ocorrida entre maio e agosto se deveu ao fim do isolamento social em quase todos os setores de atividades. Ainda se recupera parte do terreno perdido, sob o impacto da pandemia. A derrocada econômica não foi maior, devido ao desempenho positivo do agronegócio. Estima-se que o setor fechará o ano com um crescimento entre 1,2% e 1,5%.

O mal desempenho da economia brasileira não é exceção. Confirma-se a previsão sombria do Banco Mundial, de que a grande maioria dos países teria recuo na renda per-capita no mesmo espaço de tempo. Espera-se que 92,9% dos países enfrentem queda. Essa retração geral trouxe a lembrança do ano de 1931, em que 83,8% dos países entraram em depressão, seguindo o curso da crise de 1929. Agora, apenas pouquíssimos países resistiram à queda negativa do PIB, entre eles, China e Índia. Mesmo assim, não deixaram de refletir a tendência geral da queda mundial.

O Brasil, nesse quadro geral, foi um dos países que mais sofreu com a retomada da derrocada do PIB. A sua particularidade está em que, entre 2014 e 2016, despencou ao fundo do poço, com uma queda média de 8% do PIB. Nos dois anos seguintes, teve um crescimento vegetativo, pouco acima de 1%.

Essa sequência desastrosa anima economistas a fazerem cálculos sobre a trajetória do crescimento econômico dos últimos 120 anos, como no caso de Rogério L. Furquim Werneck e Roberto Macedo. A conclusão é de que a economia brasileira enfrenta, nas últimas décadas, uma tendência ao baixo crescimento e à estagnação.

Segundo Werneck, caso a queda, em 2020, “for, de fato, da ordem de 5%, a taxa anual média de crescimento real do PIB no período 2011-2020 ficará próxima de zero”. E conclui que “tendo em conta o crescimento demográfico, o PIB por habitante de 2020 deverá ser mais de 8% menor do que o de 2010”.

Os cálculos de Macedo o levam a concluir que a economia do país se encontra “em estagnação desde os anos de 1980, status em que ela cresce abaixo de seu potencial”. Segundo sua reflexão numérica, arredondando a população do Brasil a 213 milhões, destes, “173 milhões estariam disponíveis para integrar a chamada força de trabalho, mas 77 milhões estão fora dela, em parte por terem desistido de procurar emprego, em face da má situação do mercado laboral”. “Assim a força de trabalho efetiva se limita a 96 milhões, dos quais 13 milhões estão desempregados, e os ocupados são 83 milhões, entre eles 32 milhões sem carteira profissional ou CNPJ, com o que os ocupados com esses documentos são apenas 51 milhões”.

Nota-se que, dos 173 milhões aptos ao trabalho, apenas 51

milhões constituem formalmente a força de trabalho. Desse universo, somente 30,2 milhões são constituídos de trabalhadores com carteira assinada, segundo dados do primeiro trimestre de 2020. Em relação a 2019, houve uma perda de 2,9 milhões de empregos com carteira assinada. O economista Werneck não levou em consideração o lugar da força de trabalho na estagnação das forças produtivas e da crise econômica. Macedo refere-se à “enormidade do número de pessoas sem assistência e sem renda, em particular, nesse momento”. Os R\$ 600,00 de auxílio emergencial, a um custo de R\$ 51,5 bilhões por mês, serviram, em certa medida, de amortecedor à queda do consumo de bens essenciais e de remendo à expansão da miséria e fome. A decisão de prolongá-lo até dezembro, mas com parcelas de R\$ 300,00, diminuirá drasticamente sua importância.

A burguesia e seu governo se preocupam, primeiramente, com a diminuição de seus negócios, a taxa de lucro e os riscos de falência. As demissões e a elevação do desemprego e subemprego são colaterais. As massas, ao contrário, sentem e se preocupam com os empregos e salários, antes de tudo. As posições das classes diante da recessão e estagnação são distintas e opostas.

A burguesia e seu governo se preocupam, primeiramente, com a diminuição de seus negócios, a taxa de lucro e os riscos de falência. As demissões e a elevação do desemprego e subemprego são colaterais. As massas, ao contrário, sentem e se preocupam com os empregos e salários, antes de tudo. As posições das classes diante da recessão e estagnação são distintas e opostas. Os exploradores procuram se proteger, descarregando a crise sobre a maioria oprimida. Os seus efeitos são contundentes: demissão em massa, agigantamento do desemprego e subemprego, destruição de direitos, aumento da pobreza e da miséria. Daí decorrem outros efeitos, como o recrudescimento das discriminações, criminalidade, contravenção, repressão policial, encarceramento e assassinatos crescentes. Não há dúvida de que a cadeia de efeitos diretos e indiretos acaba por reforçar as tendências da desintegração econômica do capitalismo. Eis por que é obrigatório verificar o impacto da desintegração social sobre a economia e vice-versa. Os economistas da burguesia, no entanto, não podem expor os elos de classe que permeiam a crise econômica.

A discussão em torno à recessão e às tendências de estancamento do crescimento da economia no Brasil merece ser esclarecida, não apenas com a constatação estatística e com esta ou aquela tese, que envolve o comércio exterior, carga tributária, privilégios, custo social, demografia, corrupção, etc. A economia política burguesa se esmera em ressaltar esse ou aquele aspecto, que desperta atenção na conjuntura. Macedo, por exemplo, submeteu o percurso de seu raciocínio ao pesa-

do custo do auxílio emergencial ao Tesouro Nacional, dando a entender que essa medida foi longe demais. O que, se não for rapidamente redimensionado, incidirá sobre a dívida pública, taxa de câmbio, inflação, juros e desconfiança de investidores. Depreende-se de suas considerações que o auxílio emergencial fez mais mal do que bem. Werneck, por sua vez, atribuiu o peso particular ao descontrole das contas públicas. Refere-se às dificuldades de fazer as reformas fiscal e administrativa, ao perigo de erosão do teto de gastos. Nota-se que Werneck e Macedo convergem no fundamental. É preciso manter o arrocho sobre as massas, para proteger os credores da dívida pública. Evitam fazer essa afirmação peremptória.

O fato de o Brasil possuir uma força de trabalho de 173

A burguesia e seus governos não têm como reverter essa situação catastrófica, rompendo a camisa de força da estagnação, e impulsionando vigorosamente as forças produtivas. As medidas tomadas, governo após governo, agem no sentido contrário.

milhões lhe confere uma potencialidade extraordinária. Os 77 milhões que não se integram na força de trabalho ativa, por sua vez, expressam a enorme debilidade da economia nacional. É um desperdício gigantesco de capacidade produtiva. Dos 96 milhões, considerados força de trabalho efetiva, 13 milhões estão desempregados e procuram um posto de trabalho. Se mais de 30 milhões não contam com a carteira profissional, tem-se uma mutilação da força de trabalho ativa, não só pela alta do desemprego, como também do subemprego. Essa relação negativa vem agravando-se, desde os anos de 1980, como indicam Werneck e Macedo.

É preciso identificar as causas gerais e particulares dessa poderosa trava. Encontram-se nas tendências de estagnação da economia mundial e na condição de economia semicolonial do Brasil. As forças produtivas nacionais, em última instância, estão condicionadas pelas de ordem mundial. O domínio imperialista se levanta como a mais poderosa trava, principalmente, quando é tomado pela recessão e projeção do parasitismo. Basta se observar o que vem ocorrendo desde a eclosão da crise de 2008. O Brasil não afundou ainda mais na estagnação, devido a emersão da China, como grande consumidora de matérias-primas e produtos agropecuários. O que impulsionou as tendências da economia assentada na extração de matérias-primas, na produção agrária e na agro exportação. Isso em detrimento da indústria manufatureira.

O ideal nacionalista de tornar o país em um copioso centro industrial já não atrai a burguesia interna, que não teve como desenvolver as forças produtivas industriais, uma vez que se colocou à inteira disposição dos monopólios multinacionais. Há algum tempo, se vem identificando um significativo recuo da indústria, no PIB e nas exportações. Em compensação, avançaram o setor de serviços e o agronegócio. Boa parte dos empregos e subempregos se encontra nos serviços e comércio. Nessas atividades, predominam os baixos salários e o miserável salário mínimo. Ai também se incentiva o subemprego. Reconhecidamente, a agroindústria não é uma geradora de empregos em grande escala. O constante fechamento de postos de trabalho nas indústrias contribui para o aumento dos

empregos mais desqualificados e mal pagos. Combinam-se, assim, duas tendências negativas para a economia, de um lado, a desvalorização do preço da força de trabalho; de outro, o agigantamento do desemprego, subemprego e informalidade. Essas duas tendências resultam no amplo desperdício e na subutilização da poderosa força de trabalho, e a consolidação expansiva da pobreza e miséria das massas.

A burguesia e seus governos não têm como reverter essa situação catastrófica, rompendo a camisa de força da estagnação, e impulsionando vigorosamente as forças produtivas. As medidas tomadas, governo após governo, agem no sentido contrário. As reformas trabalhista e previdenciária vieram ao encontro das pressões do imperialismo e da burguesia interna,

em desvalorizar o preço da força de trabalho. O que resulta em impulso à informalidade e à precarização das relações de trabalho. A terceirização se tornou amplamente aplicável, com a destruição de antigas leis trabalhistas. Assim, o Estado desprotege os assalariados, e

aumenta a proteção ao patronato.

É corriqueira a constatação de que a economia brasileira está acometida do baixo nível de investimento empresarial e estatal. Gira entre 16% e 17%, quando deveria estar acima de 20%. Ultimamente, se reclama da diminuição dos investimentos estrangeiros na indústria, principalmente. O que é incompreensível, uma vez que existem fabulosos excedentes mundiais. Ao mesmo tempo, os capitalistas, tendo à frente os financistas, precisam valorizar seus capitais, aplicando-os na economia real. Não podendo canalizar recursos para a abertura de novas fábricas e negócios, vão à procura de fontes de matérias-primas, energia e empresas nacionais lucrativas. Trata-se do capital imperialista, que se associa ou não com o capital nacional da semicolônia, para desestatizar, privatizar e desnacionalizar. Essa via não impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas. Neste preciso momento, o governo Bolsonaro passa a privatizar os serviços de infraestrutura (água, esgoto, etc.). O gás e energia elétrica seguem o mesmo caminho. O Tesouro Nacional gasta boa parte do orçamento para pagar juros da fabulosa dívida pública. As privatizações têm servido para abater o custo da pesada carga de juros, sem, contudo, estancar o agigantamento da dívida. O aumento da desestatização enfraquece a capacidade do país, de defender suas forças produtivas, diante dos condicionamentos negativos mundiais. Ocorre o contrário do que afirmam os privatistas e pró-imperialistas. Um passo que o Estado e a burguesia dessem em favor da incorporação de milhões de trabalhadores na produção, na redução do subemprego e da informalidade, e na elevação do preço da força de trabalho, impulsionaria as forças produtivas internas. No entanto, prevalece o contrário. As travas do imperialismo, da fração burguesa parasitária da dívida pública e do capital oligárquico predominante na estrutura agrária potenciam as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, determinadas pelo domínio monopolista; entre a potente força de trabalho e as tendências à estagnação e mutilação das forças produtivas.

Sob o domínio da burguesia nacional e do imperialismo,

não há como modificar esse curso geral, embora possam ocorrer mudanças ocasionais na tendência à estagnação e quebra de parte importante das forças produtivas. Assistimos a essa possibilidade, sob o governo de Lula, quando os ventos favoráveis da economia mundial subsistiam, alimentados, principalmente, pelo alavancamento mundial da China. O que despertou ilusões nas possibilidades do reformismo, que concluiu completamente submetido ao grande capital.

É sintomático que a crise aberta em 2008 perdesse e se agravasse neste tempo de pandemia. Está à luz do dia a necessidade de libertar as forças produtivas das amarras das relações de produção capitalistas. Somente a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista, incorporará milhões e milhões à força de trabalho ativa, viva. Essa tarefa histórica se realizará por meio da revolução proletária, que derrubará o poder da burguesia,

romperá o domínio imperialista, imporá a independência nacional e expropriará o capital. Dada a composição de classes no Brasil, a derrocada da burguesia dará lugar a um governo operário e camponês. Somente com o programa proletário, se tem uma resposta transformadora à estagnação, à crise estrutural do capitalismo e à miséria das massas.

Sobre a base do programa da revolução e ditadura proletárias, a vanguarda socialista pode propagandear e agitar as bandeiras de classe e nacionais (anti-imperialistas). E trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista. A derrocada da burguesia e o triunfo do proletariado se processará por meio de um poderoso movimento anti-imperialista. No domínio dos monopólios e do capital financeiro, reside o principal obstáculo à libertação das forças produtivas e à solução da chaga do desemprego, da pobreza, miséria e fome.

Não naturalizar a destruição de vidas humanas

Por uma verdadeira campanha pelo emprego a todos, salário mínimo vital e saúde pública

A crise econômica se agudizou com a pandemia. Uma situação que prenunciava estagnação e recessão mundiais, em fins de 2019, foi potenciada com a crise sanitária. No Brasil, que mal tinha saído da recessão de 2015-2016, no final do ano passado, já se sinalizava sua retomada. Uma das manifestações se evidenciava com a deterioração das condições de existência de boa parte da população. O desemprego e o subemprego vinham crescendo. O número de desempregados, que em 2014 era de 6,7 milhões, subiu para 12,6 milhões. Uma elevação de 75%. O subemprego estampava a violenta precarização das condições do trabalho informal. Esse contingente atingia a triste marca de 24,2 milhões, sendo que 80% não dispunham de nenhuma proteção trabalhista, e muitos sequer contribuíam com a Previdência.

É nesse quadro que a pandemia chegou ao Brasil. Instalou-se uma falsa polêmica entre Bolsonaro e governadores, em torno à aplicação do isolamento social. O Supremo Tribunal de Justiça acabou entregando, aos estados, o poder de decisão sobre a extensão da quarentena. Por cima dos governantes, estava o poder econômico, que, no primeiro momento, aceitou colocar uma parcela dos trabalhadores no isolamento. Mas, em contrapartida, em poucos dias, exigiu de Bolsonaro uma legislação que protegesse seus negócios. Em menos de 15 dias, 1º de abril, foi instituída a Medida Provisória 936.

As consequências de sua implantação foram desastrosas. Segundo dados oficiais, já foram realizados 16,2 milhões de acordos, englobando 9,6 milhões de trabalhadores. Em meados de agosto, o governo prorrogou para mais dois meses a aplicação da MP 936, hoje transformada em lei nº 14.020. A campanha burguesa de que era melhor ter o salário reduzido do que ficar sem o emprego cravou fundo entre os assalariados, uma vez que a burocracia sindical a ela se sujeitou. Em pouco tempo, o desastroso resultado veio à tona. Tratava-se de duas ações patronais concomitantes. As empresas que usaram a medida provisória reduziram os salários e, em seguida, demitiram. Outras

preferiram demitir, sem precisar recorrer à medida provisória. Assim, o desemprego chegou, em agosto, a 12,6 milhões. Vale lembrar que, em três meses de pandemia, foram fechados 8,9 milhões de postos de trabalho. Para os 27,9 milhões de trabalhadores, a saída foi se agarrar na informalidade. A situação chegou ao extremo de 41,8% dos jovens, de 18 a 24 anos, não terem nenhuma fonte de renda, o que equivale a 7,3 milhões. Certamente, as consequências são ainda mais graves, haja vista que a pandemia acabou ocultando o tamanho do desemprego e subemprego. Isso por que uma parcela que foi demitida não mais procurou trabalho, desaparecendo, assim, das estatísticas.

A situação chegou ao extremo de 41,8% dos jovens, de 18 a 24 anos, não terem nenhuma fonte de renda, o que equivale a 7,3 milhões. Certamente, as consequências são ainda mais graves, haja vista que a pandemia acabou ocultando o tamanho do desemprego e subemprego.

Além do desemprego e informalidade, a renda média do trabalhador já estava caindo. Em 2019, o rendimento domiciliar mensal (per capita) foi de R\$ 1.438,00. O importante está em que 105 milhões de pessoas, portanto, metade da população, sobrevivia com apenas R\$ 438,00 mensais. Nesses meses de pandemia, com o aumento das demissões, e com as formas mais precárias de informalidade, essa situação piorou. Ampliou-se, assim, o fosso entre a ultraminoria, que levou vantagens com a crise econômica e sanitária, e a imensa maioria, que foi empurrada à condição sub-humana de existência.

A pandemia só fez acentuar a pobreza e miséria, que vinham ascendendo, desde 2018. Dados mostram que, nesse ano, 5,2 milhões de pessoas estavam em situação de fome. No ano seguinte, com os cortes do número de beneficiários do programa Bolsa-Família e o desmonte de estruturas voltadas

a amenizar a pobreza, pelo governo Bolsonaro, houve o crescimento no número de famintos. Agora, com o desemprego e a pandemia, se elevaram as taxas da pobreza e miserabilidade. Há prognósticos oficiais (ONU) de que o Brasil encerrará o ano com 9,5% de pessoas na condição de pobreza extrema, portanto, ganhando menos de R\$ 353,00 por mês. E que haverá uma elevação de 20% para 26,5% do contingente de pessoas, consideradas nas estatísticas governamentais como pobres, que ganham menos de R\$ 738,00. O governo, por sua vez, vem aproveitando para reforçar sua campanha eleitoral de que a situação poderia ter sido ainda pior, caso não tivesse implementado o auxílio emergencial de R\$ 600,00.

O fato é que milhões de trabalhadores e aposentados vivem com o salário mínimo de R\$ 1.045,00, que mal cobre o valor de uma cesta-básica, que está em R\$ 539,95. O custo de vida, principalmente, dos alimentos básicos, está nas alturas. Apesar da inflação estar sendo cotada em 2,7%, o aumento médio dos preços dos alimentos atingiu 10%, sendo que o preço do arroz alcançou 23%, e o feijão, 34%. Se se levar em conta uma família de 4 pessoas, que incluem a alimentação, aluguel, tarifas de água e luz, transporte coletivo, farmácia, etc., seria preciso, segundo o Dieese, de um salário de R\$ 4.536,12. No entanto, Bolsonaro anunciou o valor salário mínimo, para 2021, de R\$ 1.067,00, portanto, um atestado de condenação à fome.

Como se vê, governantes e burguesia aproveitam a pandemia para impor mais sacrifícios aos explorados. As direções sindicais e políticas, por sua vez, se submeteram às diretrizes do capital. Aceitaram a política burguesa do isolamento social, que dividiu os trabalhadores, entre os que puderam ficar em casa, e os que continuaram no trabalho. Usaram os sindicatos para convocar as assembleias virtuais, para viabilizar a aplicação da MP 936. Denunciaram, em palavras, as demissões em massa, mas se recusaram a travar um combate efetivo em defesa dos postos de trabalho. Convocaram um Dia Nacional de Luto, por ocasião das 100 mil mortes, que não serviu para a luta. Diante das greves, como a da Renault e Correios, não moveram e não movem uma palha, no sentido de quebrar o corporativismo. Gritam o “Fora Bolsonaro”, como forma de potencializar eleitoralmente os partidos reformistas. Essa é a expressão mais descarada de uma política de conciliação de classes. Por esse caminho, a classe operária e demais oprimidos não terão como defender suas reivindicações no campo da independência política e organizativa.

A pandemia permitiu que as contradições do capitalismo viessem à tona de forma abrupta. O desemprego, miséria e fome ganharam visibilidade no mundo todo. Como uma faísca, quase que de repente, milhares de jovens ganham as ruas, em protestos na maior potência, contra assassinatos de negros. Outros milhares tomam a capital libanesa. Protestos instintos vão despontando em vários países. Por trás deles, estão as consequências da crise econômica e sanitária. No entanto, observa-se que são setores sociais menos controlados pelas burocracias sindicais, que continuam exercendo um forte domínio sobre a classe operária.

Depois de seis meses de pandemia, que eliminou 130 mil brasileiros, grande parte é de pobres e miseráveis, os governantes e a burguesia vêm naturalizando as mortes. As atividades econômicas foram normalizadas, o plano antinacional continua sendo aprovado pelo Congresso Nacional, agora online, a exemplo do chamado “Novo marco regulatório do Saneamento no Brasil”, que entrega a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto ao setor privado, e as contrarreformas continuam sendo articuladas para, em breve, serem aprovadas, como a reforma administrativa, que elimina conquistas históricas do funcionalismo público, a exemplo da estabilidade. Como vemos, aproveitam o imobilismo das direções sindicais e a passividade imposta à classe operária, para salvar os negócios dos capitalistas e arrumar recursos, para que o Estado possa continuar cumprindo com os pesados juros e amortizações da volumosa dívida pública.

É preciso, no entanto, compreender que a classe operária e os demais oprimidos têm um plano de reivindicações para

É preciso, no entanto, compreender que a classe operária e os demais oprimidos têm um plano de reivindicações para enfrentar o desemprego, subemprego, fome e miséria, que inclui a defesa da vida. Essa é a tarefa urgente do momento.

enfrentar o desemprego, subemprego, fome e miséria, que inclui a defesa da vida. Essa é a tarefa urgente do momento. O que significa a defesa de uma verdadeira campanha nacional, que unifique os empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais, a maioria do funcionalismo público e demais assalariados, camponeses sem-terra e milhões de pequenos proprietários, e aposentados, com os que ainda estão na ativa. Um plano que tenha como rei-

vindicações centrais:

- 1) defesa do emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho);
- 2) luta pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias, tomando por base o salário necessário estabelecido pelo Dieese;
- 3) rejeição das contrarreformas trabalhista, previdenciária, e a administrativa, que está por vir;
- 4) expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses pobres;
- 5) proteção aos pequenos produtores e comerciantes, por meio de uma ação do Estado;
- 6) combate às privatizações, estatização e controle operário;
- 7) estatização, sem indenização, da rede privada da saúde, sob o controle da classe operária;
- 8) não pagamento da dívida pública, que consome metade de tudo o que é arrecadado no país;

Esse plano de reivindicações deve ser discutido pelas assembleias democráticas e comitês de base, para que seja aprovado e encaminhado com os métodos próprios dos trabalhadores. Trata-se de um plano que se choca com os interesses gerais da burguesia e dos governantes. Por isso, está em oposição à política das direções sindicais, que é o da conciliação de classes. Trata-se de um plano para que a maioria explorada, sob a direção da classe operária, possa, de fato, defender suas condições de existência. Tarefa essa, portanto, que cabe à vanguarda com consciência de classe.

Abaixo a contrarreforma administrativa!

No dia 3 de setembro, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a sua “Reforma” Administrativa”, que passou a tramitar como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. Para ser aprovada, deve ser discutida e votada em dois turnos, na Câmara e no Senado, e obter três quintos dos votos de senadores e deputados.

A proposta foi feita casada com o anúncio de prolongamento do auxílio emergencial, ainda que com o valor cortado pela metade. A ideia era balancear a medida amarga com outra mais suave. A alta da inflação, porém, foi quem ganhou destaque.

Guedes/Bolsonaro prometem “economizar” R\$ 300 bilhões em dez anos, seria a sinalização de que o governo está se esforçando para garantir o teto dos gastos, e preservar o pagamento aos credores da dívida pública. Bolsonaro tem oscilado em seu alinhamento com a ala ultraliberal, capitaneada por Guedes, como vimos na desautorização do prosseguimento do Renda Brasil e da reforma Tributária. Em janeiro, Guedes já prometia uma tramitação rápida da reforma administrativa. Por ser uma medida impopular, Bolsonaro freou seu encaminhamento. Apesar dos atritos do Ministro da Economia com Bolsonaro e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não se pode esperar que a reforma será bloqueada por esta via. Os presidentes da Câmara, Senado, Judiciário e Executivo estão alinhados na defesa da manutenção do teto dos gastos, e na sustentação do parasitismo financeiro. A contrarreforma administrativa será mais um passo neste sentido.

É importante situar a atual proposta no movimento geral do capital, de descarregar a crise sobre os oprimidos e explorados. A destruição de direitos dos servidores públicos e o desmonte dos serviços públicos são parte da eliminação de postos de trabalho, redução de salários e desproteção total da força de trabalho. Há um percurso anterior de destruição de direitos dos servidores. FHC acabou com a estabilidade, ao condicioná-la a avaliações de desempenho, mas a regulamentação posterior, prevista em lei, nunca ocorreu. A criação das Organizações Sociais foi um ataque aos serviços públicos, permitindo a transferência da gestão para instituições privadas, que contratam pessoal por vias mais precárias. A contrarreforma trabalhista, de Temer, rasgou a CLT, mas também trouxe efeitos para o serviço público, por exemplo com a regulamentação do teletrabalho. A EC 95 do teto dos Gastos também instituiu os “gatilhos”, que devem ser acionados, se os governos ultrapassarem o teto, a maior parte recai sobre o funcionalismo: arrocho salarial, impedimento de concursos, dentre outros.

As modificações na Previdência também foram parte destas contrarreformas, procurando nivelar por baixo o regime próprio da previdência social, dos servidores, aproximando-o cada vez mais do regime geral, destinado aos trabalhadores da iniciativa privada. A criação da Funpresp, previdência complementar privada, sob os governos petistas, assim como da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), foram medidas que confluíram para a retirada de direitos, e

quebra do regime jurídico único (RJU). Por meio da Ebserh, o pessoal dos hospitais universitários é contratado via CLT. A legislação sobre a terceirização também propiciou a proliferação dos terceirizados nos serviços públicos e empresas estatais. Vemos que com a contrarreforma administrativa, Bolsonaro/Guedes pretendem dar o golpe final aos direitos que permaneceram. *O combate a mais este ataque só pode se dar em unidade com os demais trabalhadores pela revogação das contrarreformas trabalhista, da Previdência, EC do teto dos gastos, lei da terceirização, dentre outras.*

Vale lembrar que está em vigor a Lei Complementar 173, que proíbe a realização de concursos, até 31 de dezembro de 2021. A previsão do governo é que, até 2022, 26% dos servidores tenham se aposentado, e que, até 2030, 40% se aposentem. A plano é, por meio das novas regras, desconfigurar totalmente os serviços públicos.

Foco principal é a quebra da estabilidade

A estabilidade do servidor público foi constitucionalizada em 1934, os concursados conquistavam a estabilidade após dois anos, e os não concursados, após dez anos, assim como os trabalhadores do setor privado. Sob a ditadura militar, desde o Ato Institucional (AI) nº 1, de 1964, as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade foram suspensas, levando à punição e demissão de servidores, por motivos ditos de “segurança nacional”. A Constituição de 1967 estabeleceu que ape-

É importante situar a atual proposta no movimento geral do capital, de descarregar a crise sobre os oprimidos e explorados. A destruição de direitos dos servidores públicos e o desmonte dos serviços públicos são parte da eliminação de postos de trabalho, redução de salários e desproteção total da força de trabalho.

nas concursados poderiam adquirir a estabilidade e, ao mesmo tempo, acabou com a estabilidade no setor privado, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tratou-se de uma das primeiras flexibilizações capitalistas do trabalho, resultando em ampliação da rotatividade e redução salarial. É importante destacar que, sob a ditadura militar, apenas algumas carreiras do serviço público tinham, de fato, estabilidade, o restante era celetista.

A Constituição de 1988 generalizou a estabilidade para toda a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no RJU. Deixou de fora, porém, os trabalhadores do setor privado, que nunca mais recuperaram a estabilidade. Com as contrarreformas aplicadas pós ditadura, os concursados convivem cada vez mais com terceirizados e celetistas no serviço público. Na Constituição de 1988, já se previa a perda do cargo em caso de sentença judicial, transitada em julgado ou processo administrativo, com garantia de ampla defesa. Ou seja, a estabilidade nunca significou a impossibilidade de demitir, caso houvesse justificativa.

O governo FHC fez uma reforma administrativa em 1998, ampliou o estágio probatório de dois para três anos, e aprovou

uma EC estabelecendo avaliações periódicas de desempenho, que tinham como objetivo levar a demissões periódicas. Estabeleceu uma lista bem restrita de carreiras exclusivas de Estado, o que gerou resistências no Congresso. Sem que houvesse a regulamentação de lei complementar, a medida não se efetivou. FHC também aprovou a extinção do RJU, abrindo caminho para contratos sem estabilidade. Trechos desta lei, porém, foram invalidados pelo STF, fazendo com que o RJU tivesse sobrevida, mas deixasse de ser “único”. Bolsonaro/Guedes partem desta experiência, e tentam fazer o Congresso aprovar um cheque em branco, sem especificar quais seriam as carreiras típicas do Estado, relegadas a uma votação que exigirá uma quantidade muito menor de votos.

É preciso retomar a defesa da estabilidade a todos trabalhadores assalariados, no setor público e privado, assim como a defesa da efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos que os concursados. É preciso exigir das centrais e sindicatos que deixem de negociar demissões, e defendam realmente o direito ao trabalho, sem o qual as famílias trabalhadoras são privadas das condições mínimas de se sustentar e são jogadas na informalidade, precariedade e, até mesmo, na criminalidade.

A proposta de Bolsonaro/Guedes é de que só os servidores de “carreiras típicas de Estado” terão ingresso via concurso, estabilidade, e estarão protegidos da redução de jornada e salário. Será exigido, antes da efetivação, um vínculo de dois anos de experiência (nem RJU, nem CLT), considerado uma etapa da seleção, em que os mais bem avaliados passarão. Após isso, será exigido ainda um ano de estágio probatório. A pá de cal no RJU será dada com a criação de contratos e vínculos diversos: cargo com prazo indeterminado, via concurso; e, sem concurso: cargo com prazo determinado; e cargo de liderança e assessoramento.

A defesa da manutenção da estabilidade do servidor público não pode ser feita de forma corporativa, com a ideia de que é isto que garante um Estado neutro, acima das disputas partidárias. É preciso retomar a defesa da estabilidade a todos trabalhadores assalariados, no setor público e privado, assim como a defesa da efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos que os concursados. É preciso exigir das centrais e sindicatos que deixem de negociar demissões, e defendam realmente o direito ao trabalho, sem o qual as famílias traba-

Reforma Administrativa

lhadoras são privadas das condições mínimas de se sustentar e são jogadas na informalidade, precariedade e, até mesmo, na criminalidade.

Governo mente

É frequente que os governos tentem, ao impor suas contrarreformas, colocar obstáculos à resistência e solidariedade entre os trabalhadores. Uma das formas é dizer que as novas medidas só atingirão novos servidores, ou criar regras de transição diferenciadas. Na contrarreforma administrativa, o governo insiste em afirmar que somente os que ingressarem posteriormente no serviço público serão atingidos. É fato que os ingressantes serão muito mais atingidos, com uma perda brutal de direitos. Porém, é evidente que os atuais servidores têm muito a perder. Sem concursos, a carga de trabalho será aumentada. A imposição das avaliações de desempenho enquadrará também os servidores antigos. E, com a inserção de trabalhadores com menores salários e menos direitos, a tendência é a de que o governo aproxime estas realidades, arrochando salários, e limando benefícios atuais. Por fim, a fragmentação dos tipos de contrato tende a dificultar a unidade na luta.

Discurso contra privilégios e melhoria da qualidade oculta privatismo

Após décadas de desmonte dos serviços públicos, os capitalistas se apoiam na precariedade dos serviços para responsabilizar exclusivamente os servidores. Assim, afirmam que este quadro se deve à estabilidade, que impediria o controle do trabalho.

Afirmam que os servidores são privilegiados. É fato que, diante da deterioração do mercado de trabalho, atingido pelo desemprego e destruição de legislações protetivas, os servidores públicos acabam tendo maior segurança e melhores salários. Assim, o governo tenta jogar trabalhadores do setor privado contra os do setor público, enquanto esconde sua responsabilidade e a da burguesia, pelo atual estado de coisas.

A falsidade do discurso se revela quando se vê que a proposta atingirá as camadas com menor remuneração do funcionalismo e manterá intactos os privilégios de juízes, procuradores, militares e parlamentares.

A denúncia sobre a baixa qualidade dos serviços públicos precisa ser enfrentada com o programa de expropriação da rede privada de ensino, de saúde, Previdência, etc. e a criação de sistemas únicos sob o controle operário coletivo.

Sem isso, a denúncia serve apenas à reprodução do ataque neoliberal aos serviços públicos, para abrir espaço para a mercantilização dos direitos sociais. O que não combate privilégios, e muito menos leva a melhorias na qualidade. A EC 32/2020 pretende incluir como princípio da administração pública a subsidiariedade, abrindo mais espaço para as parcerias com o setor privado, entrega da gestão para Organizações Sociais, compartilhamento de estrutura física e outras formas de privatismo. Restariam ao Estado as funções de polícia, fiscalização e burocracia, conforme alerta o DIEESE.

Centralização do poder no executivo

A contrarreforma administrativa permitirá ao Presidente da República, por meio de decretos (atualmente são necessá-

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

rios projetos de lei), extinguir cargos de ministro, comissionados e de liderança e assessoramento; criar, fundir transformar ou extinguir Ministérios e órgãos subordinados ao Presidente; alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições. A mesma lógica é transposta a estados e municípios, caso não se aprove legislação contrária.

A previsão, também, é de substituição gradual das atuais funções de confiança e dos cargos comissionados pelos cargos de liderança e assessoramento. Vários mecanismos de eleição entre pares poderão ser substituídos pela ingerência direta do Executivo. A atuação do governo Bolsonaro com a ingerência em vários órgãos e exoneração de servidores que contrariem sua política mostram que a promessa inscrita na exposição de motivos, assinada por Guedes, de que não haverá desligamentos “pelo arbítrio de uma pessoa ou em virtude de motivação”, na boca do governo Bolsonaro, é apenas mais uma mentira.

Ataque às estatais

A contrarreforma também reforça o entreguismo, ao vedar “reservas de mercado” a “empresas públicas ou sociedades de economia mista, ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência”. Anula a concessão de estabilidade a empregados de empresas públicas, de economia mista ou subsidiárias, igualando os mecanismos de negociação coletiva e individual ao setor privado. Os milhões de demitidos na pandemia são o melhor testemunho das pretensões do governo e dos capitalistas.

Trata-se de mais uma medida em favor do entreguismo. Os Correios estão no momento em greve, os bancários chegaram a ameaçar com a greve, a Petrobrás teve uma importante greve no início de 2020, trabalhadores dos metrô, Eletrobrás, Embraer e tantas outras estatais estão sob a mesma ameaça. Já passa da hora de unificar todos contra os ataques. *As centrais sindicais têm o dever de promover as assembleias de todas as categorias e marcar um verdadeiro dia nacional de paralisação, que seja o ponto de partida para a reconstrução da greve geral.*

Pressão do imperialismo

O governo não esconde o vínculo de sua proposta com as “recomendações” do Banco Mundial. Apoia-se nos documentos “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, de 2017, e “Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem”, de 2019. É evidente o interesse do capital monopolista em reduzir os gastos públicos com direitos sociais, garantir a drena-

gem das riquezas para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, e ainda abrir novos campos de valorização do capital com a privatização dos serviços públicos. Esta constatação exige um *o movimento para pôr abaixo a EC 32, que seja parte da tarefa de construir uma Frente Única Anti-imperialista.*

Romper a passividade e organizar a luta unitária contra os ataques

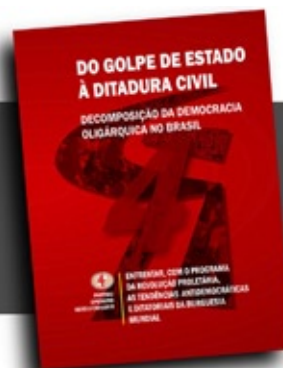
As Centrais Sindicais permanecem sob a política burguesa do isolamento social, desmontaram totalmente as lutas, desde o momento em que desmarcaram o Dia Nacional de Luta de 18 de março, e entraram em quarentena. Os trabalhadores foram e continuam sendo golpeados pelas demissões, redução de salários e destruição de direitos. Com o fracasso da política burguesa do isolamento social, incapaz de defender a ciência e a vida da maioria explorada, e dissolução da fronteira entre Bolsonaro e os governadores, alguns setores começam a se mobilizar, sobretudo pela pressão das bases.

As entidades representativas de servidores públicos convocaram um dia nacional de luta contra a Reforma Administrativa, em 30 de setembro. O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais indicou às bases que realizem plenárias estaduais, junto a entidades dos servidores estaduais e municipais. Não foi marcado nenhum ato virtual, pois, a orientação é de que as entidades de base avaliem a possibilidade de fazer atos presenciais (massivos ou simbólicos). Trata-se de uma movimentação acanhada, que não anuncia abertamente um dia de lutas nacional, com atos e assembleias presenciais.

Predomina, ainda, o eleitoralismo e a canalização para o terreno jurídico-parlamentar, com a confiança no lobby junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Seguem as campanhas inócuas de envio de e-mails para deputados e senadores, e outras ações virtuais. A vanguarda com consciência de classe, que atua no funcionalismo público, tem uma grande tarefa a cumprir, para evitar o caminho do corporativismo e fazer, da luta contra a EC 32/2020, uma ponte para a unidade com os ecetistas em greve, os demais trabalhadores das estatais, os terceirizados, os trabalhadores do setor privado, os precarizados e desempregados.

Toda força ao “Dia nacional de lutas contra a reforma administrativa”, em 30 de setembro. Convocar as assembleias presenciais. Criar comitês de luta. Abaixo a contrarreforma administrativa. Pela revogação de todas as contrarreformas. Que as Centrais Sindicais rompam a passividade e convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas e paralisações.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Greve dos Correios

No dia 17 de agosto, iniciou a greve nacional dos trabalhadores dos correios, portanto, está próxima de completar um mês. O plano do governo Bolsonaro de ir adiante com a privatização implicou um ataque sem precedentes aos direitos trabalhistas e aos salários. A remodelação das relações trabalhistas na empresa estatal vem no sentido de torná-la mais atraente aos futuros compradores. Quanto mais adaptar os correios às novas condições da reforma trabalhista, mais fácil ficará para aos seus compradores o objetivo de impor a superexploração. A privatização somente ocorre mediante a previsão de lucratividade. A introdução da terceirização abriu um flanco nas relações de trabalho da estatal, que já vinha sofrendo mudanças contrárias

aos direitos próprios do funcionalismo. O que se passa com os correios é semelhante ao que se passa com a Eletrobras, Petrobras, etc. É parte, também, dos objetivos da reforma administrativa.

Como se vê, a greve dos correios atinge frontalmente o processo de privatização, desnacionalização e flexibilização capitalista do trabalho. Foi desencadeada no momento em que as demissões se espalhavam por toda a economia. A sua importância, portanto, transcende a interesses corporativos. Choca-se com as contrarreformas e os ajustes, promovidos pelo governo ultradireitista e pró-imperialista. O problema começa por não contar com uma direção classista e revolucionária. A influência majoritária

do PCdoB e PT, por si só, indica os perigos da greve permanecer isolada e caminhar para negociações contrárias às principais reivindicações do movimento. O problema continua com o fato das centrais sindicais não se lançarem em defesa da vitória da greve, que implica superar seu isolamento e a sua condução corporativa.

O POR, baseado nessa compreensão, orientou suas regionais a participar intensamente na greve, desenvolvendo a linha de quebra do isolamento e greve nacional ativa, regida pela democracia e soberania das assembleias presenciais. No jornal anterior, publicamos parte de nossas intervenções, e, agora, damos continuidade, destacando o que se passou no Rio Grande do Norte e São Paulo.

Rio Grande do Norte

Burocrata tenta cercear a fala do POR nos atos, mas não consegue



O respaldo dos trabalhadores ao POR expressa o reconhecimento do apoio efetivo que temos realizado à greve, diante do enorme isolamento que os ecetistas têm sofrido por parte das centrais sindicais, sindicatos e partidos de esquerda.

A greve dos Correios no estado tem se mantido firme, apesar da política distracionista da burocracia sindical, que se restringe a organizar atos simbólicos, todas as terças e sextas, em algumas cidades, e em Natal, sempre no mesmo local e horário. Com exceção do segundo ato, não há caminhadas. O informe dos dirigentes é que a adesão da greve é de praticamente 100%, porém, o fato é que ainda há agências abertas com alguns fura-greves, e os centros de operações continuam funcionando. Faz falta a realização dos piquetes, para paralisar totalmente as agências. Nem mesmo os “piquetes de convencimento”, como orienta a FENTECT, estão sendo realizados.

Os trabalhadores ecetistas, mesmo nos atos simbólicos, têm demonstrado disposição de luta, o que possibilitaria radicalizar as atividades de greve, mas isso esbarra no dique de contenção da burocracia sindical. A existência de uma fração revolucionária no seio da categoria dos ecetistas possibilitaria canalizar essa disposição de luta para potencializar a greve nacional, colocando nas mãos da base os rumos da greve, por meio da realização das assembleias presenciais, e da constituição de um comando de greve.

Nos atos, o POR tem atuado com panfletos, faixa, bandeira, banca de materiais e intervenção no carro de som. No ato dessa terça-feira (10/09), o presidente do SINTECT, “Shampoo”, tentou mais uma vez, e de forma mais dura, cercear a fala do POR no carro de som. A atitude do burocrata sindical foi claramente notada pelos trabalhadores. Alguns vieram até ao POR em apoio, outros trabalhadores comentavam entre si contra a atitude de cerceamento da fala. A militância do POR manteve a exigência da fala, até que o burocrata cedeu, após a “foto histórica” do final do ato, momento em que, devido à iminente dispersão do ato, só conseguimos apresentar nossa proposta de moção de solidariedade à Francenilda.

Apesar de prejudicar a nossa fala, isso não saiu barato para o dirigente, que se desgastou perante a base, e teve de dizer que nos próximos atos começaria as inscrições mais cedo para garantir a fala de todos. O respaldo dos trabalhadores ao POR expressa o reconhecimento do apoio efetivo que temos realizado à greve, diante do enorme isolamento que os ecetistas têm sofrido por parte das centrais sindicais, sindicatos e partidos de esquerda. O POR atua para que se rompa o isolamento da greve, e para que sirva como ponto de apoio para uma luta nacional em defesa dos direitos, empregos e contra as privatizações.

Rio Grande do Norte

Tentativa do dirigente do SINTECT/RN de cercear a fala do POR

No dia 11/09, em novo ato, o dirigente Shampoo, de forma ainda mais aberta e autoritária, resolveu ir às últimas consequências e cerceou a fala do POR. Porém, a militância porista se manteve reivindicando o direito de pronunciamento. O burocrata ignorou e chamou a base para fazer uma fila em frente à agência, tirar a foto do final do ato e entregar máscaras. A base ficou onde estava, em forma de rechaço contra o cerceamento da fala do POR. O burocrata insistiu e nada, até que começou a atacar o POR no microfone, dizendo que “falávamos merda”, queríamos “fazer vitrine” e fazer propaganda do partido, e tentou nos culpar por, supostamente, ter prejudicado a “dinâmica” do ato. Individualmente, para os militantes do POR, chegou a dizer que estávamos “proibidos” de vir no próximo ato.

Após muita insistência, alguns trabalhadores atenderam ao chamado do burocrata, tiraram a foto e o burocrata encerrou o ato. Logo em seguida, os trabalhadores de base se solidarizaram, e foram em peso para cima da direção, reclamar contra o cerceamento da fala do POR e rechaçar os ataques que o Shampoo realizou contra o POR. Notamos que essa prática arbitrária do burocrata não se volta apenas contra o POR, mas contra a base e outras organizações, como o caso do pré-candidato do PT, que também não pôde falar.

Os trabalhadores de base questionaram a direção, pergun-

tando se “só Shampoo está certo?”. Diziam que para outros que vieram pela primeira vez foi concedida a fala, e para o POR, que esteve desde o início, não foi concedida a fala; que o POR tem sua bandeira, mas o que importa é que está lá os apoiando. A pressão foi tamanha, a ponto de a direção do sindicato se dividir, e uma parte dos dirigentes manifestarem desacordo com o cerceamento da fala, e dizer que iriam discutir o problema na direção e rever a posição.

No final, quando alguns trabalhadores permaneciam no local, aproveitamos para manifestar que o POR, independente do que aconteceu, estará firme ao lado dos trabalhadores ecetistas, seja nos atos, nas manifestações de rua, nos piquetes, e frente à repressão, pois, o POR estará junto de qualquer categoria que esteja em luta pelas suas reivindicações. Dizer que a luta dos ecetistas tem sido um exemplo e pode servir de ponto de apoio para uma luta nacional. Denunciar que a atitude do Shampoo era de ataque à democracia operária, e que, nesse momento, de profundos ataques ao conjunto dos explorados, a unidade, mais do que nunca, é necessária, e atitudes como essa só contribuem para enfraquecer a unificação dos trabalhadores. Por fim, denunciemos a tentativa do burocrata de nos “proibir” de vir no próximo ato, e reafirmamos que estaremos sempre junto dos trabalhadores, até a vitória!

Ato Estadual dos Correios

Fortalecer a greve nacional dos correios

Rechaçar os obstáculos que impedem a luta unitária nas ruas

Negociação sem uma greve poderosa não traz conquistas para os trabalhadores

Em 8 de setembro, ocorreu um ato estadual dos Correios, em São Paulo, em frente à Central de Tratamento de Cartas. Contou com aproximadamente 600 pessoas, dentre ecetistas e militantes sindicais e de correntes. Presidentes de sindicatos dos Correios de várias cidades da região metropolitana, baixa-santista e interior estiveram presentes, assim como a federação FINDECT. Dos partidos, vieram o PT, PSol, PCB, PSTU, PCO, MRT e POR. Das centrais sindicais, compareceram a CTB, CUT, CSP-Conlutas e as duas Intersindicais. O ato limitou-se a falas no carro de som, e concluiu com uma passeata, que deu volta no prédio da Central de Cartas.

Era nítida a disposição dos ecetistas em se manterem em greve, e o anseio por avançar na mobilização, vista a reação desses trabalhadores diante das falas mais radicalizadas. A defesa de manutenção da greve sempre foi aplaudida com entusiasmo. Pairava entre os trabalhadores o sentimento de sacrifício necessário para manter seus direitos, salários, e sobretudo o emprego. As conversas entre os trabalhadores de base tinham esse conteúdo. Alguns percebiam e reclamavam do “corpo mole do sindicato”.

As direções sindicais estão atentas à disposição combativa da categoria, procurando, com isso, o tom radical para os discursos. Todos defenderam a manutenção da greve, e, critica-



ram, até a exaustão, o governo Bolsonaro e o STF, deixando de lado o Congresso Nacional, onde residem seus parlamentares. Criticou-se a ausência de negociação. Afinal, “nunca houve na história desse país um governo tão ruim para negociar”, segundo um dos dirigentes sindicais. A “negociação” é para esses burocratas a ponta do novelo, que tecerá o fim da mobilização. Sem ela, se veem premidos por manter a greve.

As burocracias escondem o caráter burguês do Estado, e, consequentemente, desviam o problema da quebra do acordo coletivo e da privatização dos Correios, como se fossem ape-

nas um problema de governo. Não por menos, recorreram à necessidade de se corrigir o erro da votação em 2018, que elegeu Bolsonaro. Não por menos, deram bastante espaço às correntes, que anunciaram suas candidaturas para as eleições municipais. Assim, defenderam com fervor os candidatos que são trabalhadores, negros e feministas.

O PSTU fez uso da palavra para defender a unidade das ruas com as urnas. O MRT se colocou por uma frente revolucionária para as eleições. Os representantes do PT e o PSol fizeram a defesa genérica da greve, mas concluíram também chamando o voto nas eleições. A Conlutas, que é oposição à CTB nos Correios, defendeu um dia nacional de paralisação. Chamou as centrais sindicais do país a se mobilizarem, de modo a construir a força necessária para a vitória dos ecetistas. Mas, tudo ficou no discurso.

Nenhuma proposta efetiva foi anunciada pela burocracia sindical. Nem mesmo o ato nacional no dia 11 de setembro foi anunciado. Os cartazes da “Coordenação de Ecetistas em Luta” defendiam a ocupação dos prédios dos Correios, mas os burocratas não encaminharam a proposta, um deles chegou

a defender que “ocupação” não é parte de uma greve. Certamente, não houve esforço para trazer os grevistas para aquele ato estadual, na medida em que havia inúmeras cidades presentes, mas contou com 600 pessoas.

O POR interveio no carro de som. Defendeu que as centrais sindicais organizassem, imediatamente, um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação, que reúna o conjunto dos trabalhadores, que vêm sofrendo brutal ataque da burguesia e de seus governos. Os grevistas devem ter consciência de que sua greve se tem mostrado heroica, mas se mantém isolada. Essa situação deve ser revertida, e a greve dos Correios deve tornar-se a ponta de lança de um movimento mais geral, um movimento nacional em defesa dos empregos, salários e dos direitos e contra as privatizações. Para isso, não se pode ter nenhuma confiança nas instituições burguesas. Deve resistir e combater os oportunistas, que procuram desviar o movimento para as eleições. Os explorados e oprimidos devem confiar nas suas próprias forças, e fazer uso dos métodos de luta da classe operária, de tomar as ruas e de ocupação. Esse é o caminho para a vitória do movimento.

Manifesto

Em defesa da Greve dos Trabalhadores dos Correios

Que as Centrais organizem um Dia Nacional de Luta e Mobilização

Toda força ao Ato Nacional Unificado de 11 de setembro

8 de setembro de 2020

A greve dos ecetistas chega à quarta semana. Atos, passeatas, carreatas, panfletagens, ocupações de Centros de Distribuição, campanhas solidárias, piquetes de esclarecimento – um conjunto de atividades já foi realizado, durante esse período. A greve, porém, sofre com a política das direções sindicais, que precisa ser enfrentada, e também um grave problema, que é o seu isolamento político. É preciso combater esses obstáculos, adotando uma linha geral de defesa da democracia sindical, da independência política e de adoção dos métodos da ação direta. Além disso, é urgente que as Centrais, bem como sindicatos e movimentos, rompam o isolamento da greve a partir de um Dia Nacional de Luta e Mobilização. Uma forte mobilização interna e uma sólida unidade com o conjunto dos trabalhadores pode garantir a derrota da política da empresa e do governo.

Depois de uma primeira semana de greve, que serviu como pressão institucional, enquanto ocorria a votação no Supremo Tribunal Federal, a segunda semana permitiu a ampliação do movimento, com a incorporação de todos os sindicatos estaduais, e com atividades em todas as capitais do país. Os atos em frente às agências centrais, a panfletagem junto à população, e as passeatas, que ocorreram em algumas cidades, foram fundamentais, para dar visibilidade ao movimento, e angariar algum apoio dos demais trabalhadores. Ao chegar na terceira semana, seguem atividades estaduais, como a grande passeata em Belo Horizonte, a ocupação em frente ao Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional de Brasília, os piquetes em agências de São Paulo, além de atos e panfletagens em outras capitais e cidades. A mobilização permanente, que é essencial em qualquer greve, ainda não é, no entanto, a orientação geral das direções dos sindicatos locais e

das duas federações, porque a política das direções é de apenas manter alguma mobilização, enquanto se aguarda a decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Este é um grande obstáculo que os grevistas precisam superar: a linha colaboracionista e passiva da direção do movimento.

A FINDECT, dirigida pelo PCdoB/CTB, tem apontado claramente sua orientação legalista, e desprezo pela mobilização massiva. O principal sindicato da FINDECT, o de São Paulo, SINTECT-SP, apesar de contar com a maior base do país, mantém a orientação de realizar apenas carreatas, panfletagem, doação de sangue e assembleias online. A assembleia do dia 4 de setembro, por exemplo, ainda foi virtual, e com exigência de cadastramento prévio, para controlar os participantes. A possibilidade de mostrar a força coletiva da categoria foi, mais uma vez, diluída por uma política de colaboração com a diretriz burguesa de isolamento social, quando sequer os ecetistas puderam seguir esta orientação durante todos estes meses de pandemia, e quando muitos, sobretudo terceirizados, continuam sob o risco de contaminação e morte, sem que haja, de fato, uma grande mobilização para fechar a totalidade das agências e da distribuição. Em São Paulo e nos demais sindicatos ligados à federação, todos os comunicados reafirmam a mesma política: realizar atividades até o julgamento do TST de forma “ordeira” e “pacífica”, e com “responsabilidade” e “cautela” dos grevistas.

A FENTECT, vinculada à CUT, mas que tem em seu interior militantes da CSP-Conlutas e da Intersindical, tem realizado atividades mais radicalizadas, como a ocupação de Centros de Distribuição, além de assembleias presenciais, e mantido uma mobilização mais permanente. Há, no entanto, também, uma orientação



geral das direções locais, de apostar na decisão do TST, e um respeito às decisões da justiça, como a garantia de funcionamento da empresa, uma vez que seus serviços foram considerados “essenciais” e não podem ser paralisados integralmente, segundo a visão legalista. Inclusive, a ministra do TST, Kátia Arruda, responsável por encaminhar o processo de Dissídio, já exigiu que 70% do serviço continuem, bem como proibiu ocupações ou obstruções de espaços da empresa, permitindo multa de até 100 mil reais por dia, por descumprimento da medida. Enquanto isso, desconhecendo a justiça, a empresa já cortou os salários dos grevistas, mesmo sem o julgamento do Dissídio.

Como aparecem em boletins, vídeos e informes, as direções querem mobilizar por cerca de 30 dias, porque acreditam que, até o fim de setembro, o Dissídio será decidido pelo TST e, então, se reconquistará o Acordo Coletivo de 2019 (porém, sem reajuste, uma vez que todas as direções já abriram mão da recomposição salarial). Este é o caminho da derrota, independentemente da decisão do TST.

A direção da ECT e o governo já demonstraram, desde 2019, o que pretendem com a empresa: buscam enxugá-la, desmembrá-la e privatizá-la. Não é uma oposição a gastos “acima da CLT” neste momento de crise, como alardeia a imprensa, é uma posição de entrega da riqueza nacional, destruição de um serviço público, e aumento da superexploração do trabalho, para aumentar os lucros dos capitalistas do setor. O TST não pode e não quer alterar essa política privatista. Qualquer manifestação favorável aos direitos dos trabalhadores será logo anulada por outra instância da própria justiça, ou por qualquer outro projeto do governo e da empresa. É o campo de luta burguesa, o da disputa judicial. Não é o campo dos trabalhadores. A Reforma Administrativa, apresentada por Bolsonaro/Guedes, em 3 de setembro, ataca ainda mais a carreira do funcionalismo público federal, e revela com maior clareza qual é a política econômica do governo e das empresas estatais.

A quebra do ACT nos Correios também ocorreu na Petrobras. É uma mesma política, uma mesma orientação. Submeter o movimento, que necessita crescer em mobilização – com ocupações, com piquetes contra o trabalho de terceirizados, com grandes passeatas e atos – às decisões judiciais e/ou à pressão parlamentar, é destinar, desde agora, os ecetistas à mais terrível derrota. Os grevistas devem exigir a ampliação da mobilização de rua, da greve ativa, da adoção dos métodos da ação direta. O calendário de lutas da quarta semana, que a direção da FEN-TECT aprovou, com um dia de Ato Nacional Unificado (dia 11

A exigência das assembleias e dos atos presenciais é um fundamento da democracia operária, que permite que os trabalhadores passem por cima dos obstáculos burocráticos de suas direções, e, assim, ponham em prática esta orientação ativa, para fortalecer a greve, e ampliar o seu alcance.

de setembro), pode servir para dar maior coesão ao movimento, e impulsionar a ação direta.

Dar visibilidade à greve, a partir da mobilização e da paralisação dos serviços, permite ampliar a pressão econômica à empresa e ao governo, e não recuar diante das investidas políticas e jurídicas da direção da ECT, que detém os meios de comunicação e o poder econômico, para esmagar o movimento. A exigência das assembleias e dos atos presenciais é um fundamento da democracia operária, que permite que os trabalhadores passem por cima dos obstáculos burocráticos de suas direções, e, assim, ponham em prática esta orientação ativa, para fortalecer a greve, e ampliar o seu alcance.

Os grevistas, ao mesmo tempo, devem lutar pela ampliação da greve e por sua condução política, devem também exigir um apoio ativo das Centrais e dos sindicatos, que têm demonstrado solidariedade, quase sempre verbal, com o movimento. A verdadeira solidariedade se realiza com atos, paralisações e as greves conjuntas. É uma farsa, os atos virtuais com a cúpula das Centrais. A CSP-Conlutas já indicou que defende também um Dia Nacional de Luta. Deve, imediatamente, iniciar a discussão em suas bases, para que possa despontar nesse processo. Caso contrário, sua intenção será tão inócua quanto as das demais Centrais.

A solidariedade ativa só pode existir se se construir um Dia Nacional de Luta e Mobilização, em defesa dos empregos, salários e dos direitos. Trata-se, não só de apoiar a greve dos Correios, mas também unir operários e demais trabalhadores, que padecem com as demissões, redução salarial e contaminação pandêmica. É com paralisação de bancos, fábricas, comércios, com grandes atos nas ruas e com a paralisação geral do trabalho que enfrentaremos as contrarreformas do governo Bolsonaro e dos governadores. Assim, a greve dos Correios pode fortalecer-se, pode encaminhar-se para projetar a luta contra a privatização da empresa, e pode ser a ponta de lança de uma luta geral contra os planos e as medidas dos governos e dos capitalistas. Ampliar os atos massivos de ruas, exigindo a unidade prática com Centrais e sindicatos, esta deve ser a tarefa do movimento grevista, para superar os problemas e avançar na defesa dos direitos e contra a privatização.

Somente a greve ativa pode derrotar o plano de demissão da Embraer

No início de setembro, a direção da Embraer anunciou a demissão de 900 trabalhadores, que estavam em regime de licença remunerada, depois de impor 1.600 demissões, por meio do PDV. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ligado à CSP-Conlutas, disse que essa atitude da Embraer viola o acordo de preservação de emprego, assinado em 9 de abril, durante a pandemia.

Como forma de resistir a mais esse ataque, os trabalhadores, em assembleia, na portaria da matriz, decidiram pela deflagração da greve. Reivindicam o cancelamento das demissões, estabilidade no emprego e equalização salarial, ou seja, que

haja um teto para os supersalários, pagos a 170 funcionários do alto escalão da empresa. Um deles chega a 2 milhões de reais. Segundo o Ilase (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos), a massa salarial desses 170 funcionários pagaria os ordenados de 2.553 trabalhadores.

Diante da greve, a direção do sindicato divulgou uma moção de repúdio às demissões, e convocou os trabalhadores a apoiarem a greve. No entanto, a greve continua passiva. A iniciativa de realizar uma passeata conjunta com os grevistas dos Correios, em São José dos Campos, foi uma iniciativa importante. O fato está em que as direções das centrais e sindi-

catos têm feito apoio apenas de palavras. Não há um esforço para unificar as lutas. O chamado da CSP-Conlutas, para que as centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com manifestações em todo o país, não ganhou apoio da CUT e Força Sindical, portanto das duas maiores centrais.

Nota-se que não há um esforço comum das direções sindicais em realizar uma verdadeira campanha contra o desemprego e as demissões em massa. O governo e os patrões contam com o imobilismo das direções sindicais, para continuar implantando seus planos antioperários. É fundamental combater essa política conciliadora, que tomou conta da grande maioria dos sindicatos.

Bolsonaro anunciou o salário mínimo de fome

Burocratas sindicais se limitaram a denunciar em palavras

O governo militarista de Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou ao Congresso Nacional o valor do novo salário mínimo para 2021. O valor de R\$ 1.067,00 é a continuidade da política de fome do salário mínimo. Esse anúncio veio exatamente no momento em que os preços dos produtos da cesta-básica (arroz, feijão, etc.) estão nas alturas. Lembremos que o pacote de arroz (5 quilos), que mal dá para uma semana a uma família de 4 pessoas, está em R\$ 50,00. O reajuste do salário mínimo em R\$ 12,00 (R\$ 1.045,00 para R\$ 1.067,00) é mais um ataque do governo aos milhões de trabalhadores e aposentados.

Os trabalhadores dependem diretamente de seus salários. O Dieese estima que, para uma família de quatro pessoas poder sobreviver durante um mês, precisa ganhar R\$ 4.536,12, em agosto. Ou seja, esse valor representa 4,34 vezes mais que o mísero salário mínimo.

O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, vem exigindo que os sindicatos convoquem as assembleias, para aprovar um plano de emergência, que inclui a defesa dos empregos e salários. Faz campanha pelo salário mínimo vital, cujo valor deve ser decidido pelas assembleias democráticas. Certamente, valor calculado pelo Dieese deve servir de base para as assembleias.

Denúncia de um Operário da Villarta.

Um operário da Villarta, grande empresa de elevadores de São Paulo, denunciou, ao Nossa Classe, que a empresa reduziu a jornada e os salários em 25%, e agora está tirando o coro dos trabalhadores, que com o salário reduzido, estão trabalhando mais.

A Villarta presta serviço para grandes empresas, como a Infraero, Colgate e outras. Muitas empresas estão aproveitando que houve uma parada parcial na produção, para fazer a manutenção de seus elevadores. Por isso, os trabalhadores da Villarta estão trabalhando mais. No entanto, o patrão aproveitou a oportunidade dada pelo governo Bolsonaro, e aderiu à MP 936, para aumentar a exploração. Para ferrar ainda mais os operários, a empresa está antecipando, para setembro ou outubro, as férias de quem sairá em dezembro. Dessa forma, está pagando as férias e o 13º com redução de 25%.

O companheiro denunciou ainda que a direção do sindicato está nas mãos dos patrões. Na eleição para a direção do sindicato, são as empresas que indicam os membros da chapa única. Isso explica bem porque a patronal está de mãos livres para avançar sobre os direitos dos trabalhadores. Recuperar o sindicato para a luta é uma tarefa urgente. É necessário organizar um grupo de companheiros firmes, de luta, que não se venda para os patrões, de forma paciente e clandestina, para conformar uma oposição classista. Esse deve ser nosso primeiro passo.



A campanha do Partido Operário Revolucionário se concentrou em dois pontos: 1) organização e defesa da greve dos Correios; 2) denúncia da passividade das centrais e sindicatos diante do avanço das demissões, desemprego, subemprego e redução de salários, e exigindo a convocação do Dia Nacional de Luta, com paralisações. Em meio a essas campanhas, se colocaram respostas aos ataques do governo Dória aos professores e ao funcionalismo, em geral. Abaixo publicamos parte do Boletim Nossa Classe, distribuído nas fábricas.

Política Operária

É preciso vencer o medo e a paralisia

Os abusos dos patrões e do governo são descarados. Durante a quarentena, impuseram a redução salarial e demitiram aos milhares. Agora, com o fim do isolamento social para a maioria, continuam a demitir.

A classe operária e demais explorados ficaram mais pobres. E também mais desprotegidos, com o desemprego em massa. Nós, assalariados, somos as maiores vítimas da pandemia. Ao mesmo tempo, arcamos com todo o peso da crise econômica.

O fato de as direções das centrais e de nossos sindicatos não terem organizado a luta levou a classe operária a se enfraquecer. E, assim, voltou ao trabalho temerosa e passiva. O governo e os patrões aproveitam essa situação para continuar demitindo, reduzindo salários e cortando direitos trabalhistas. É preciso reagir, rapidamente. Só com a luta coletiva e organizada, podemos



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

defender nossa fonte de trabalho e os salários.

Para sair da passividade, é preciso: 1) que as centrais e sindicatos organizem imediatamente uma campanha nacional pelos empregos, salários, direitos e saúde pública; 2) que convoquem assembleias; 3) que façam a convocação no interior e na porta das fábricas; 4) que constituam os comitês de empregados e desempregados; 5) que lancem um plano de reivindicações pela volta dos empregos, pela recuperação das perdas salariais, e pela verdadeira proteção contra a pandemia.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a defenderem, nas fábricas e junto aos sindicatos, os cinco pontos acima. Assim, romperemos a camisa de força que o governo, o patronato, e as direções burocráticas de nossos sindicatos nos colocaram. A classe operária organizada para a luta é poderosa. É preciso tomar consciência de nossa força.

O descontentamento é grande entre os trabalhadores Transformar a raiva em luta organizada

Greves e protestos vêm ocorrendo. Esse é o caminho para defender nossas necessidades e interesses, diante dos ataques do governo e do patronato. Há algumas semanas, os trabalhadores dos Correios realizam uma greve nacional, em defesa dos direitos, salários, empregos e contra a privatização. A Embraer acabou de demitir 2.500, o que levou o sindicato a decretar a greve. Entre o final de julho e o início de agosto, os metalúrgicos da Renault reagiram com a greve, contra as demissões. A Volks apresentou uma lista de milhares de demissões. Em várias montadoras, se têm aplicado os PDVs. No entanto, os seus sindicatos continuam em quarentena. Enquanto isso, as multinacionais fazem uma varredura nos empregos.

Vemos que o descontentamento diante das demissões é grande. O que falta é a organização da greve pelos sindicatos. Os Correios, que estão em greve, ficam isolados. Foi o que se passou também com a greve de 20 dias na Renault. E também é o que pode ocorrer com os trabalhadores da Embraer.

Nossa resposta deve ser: 1) todo apoio às greves; 2) organizar a luta em nossos locais de trabalho; 3) exigir dos sindicatos que convoquem as assembleias; 4) unir todos os movimentos em defesa dos empregos e salários.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que o descontentamento se transforme em organização e consciência política dos explorados.

Que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, pelos empregos, salários, direitos e saúde pública

A classe operária e demais explorados necessitam de uma firme organização, para enfrentar o governo e o patronato. Um Dia Nacional de Luta, com paralisação das fábricas, transporte, comércio e outras atividades, é um bom começo. Um só passo organizado e massivo, em defesa de nossas vidas, mostrará que os explorados têm força para ir mais adiante. Não queremos um "Dia de Luto", como fizeram as centrais em 7 de agosto. Precisamos de um grande movimento nacional, que unifique empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais.

Nesse exato momento, Bolsonaro decretou o salário míni-

mo de fome de R\$ 1.067,00. O auxílio emergencial passará de R\$ 600,00 para R\$ 300,00, até dezembro. É preciso, assim, paralisar as atividades, e sair massivamente às ruas em todo o país. Devemos rejeitar o discurso das direções sindicais, de que não devemos fazer a luta coletiva devido à pandemia.

O Boletim Nossa Classe denuncia essa política de passividade das direções sindicais. Somente com a luta, podemos defender-nos. Que as centrais saiam da passividade e cumpram o seu dever de defender os trabalhadores contra a pobreza, fome e miséria.

Por que é necessário rejeitar as privatizações?

Bolsonaro e Congresso Nacional retomam as privatizações, com a justificativa de que servirão para reativar a economia e gerar empregos. Mentira! As privatizações servem para proteger os negócios dos grandes capitalistas, e para pagar a gigantesca dívida pública. Os empresários e banqueiros não mais aplicam seus capitais para abrir novas fábricas e ampliar a capacidade produtiva do país. Mas estão interessados em tomar conta das empresas estatais, que podem lhes dar muito lucro. Até mesmo os serviços de água e esgoto deixam de ser de responsabilidade do Estado. O gás também passará para as mãos de poderosos grupos econômicos. O mesmo ocorre com os Correios.

Vemos que os recursos naturais e os serviços prestados pelo Estado estão sendo privatizados e desnacionalizados. Não temos dúvida de que a população pagará mais caro pelo gás, água, Correios, etc. Eis por que a classe operária tem de se opor às privatizações, defendendo a reestatização de todas as empresas que já foram entregues aos capitalistas.

O Boletim Nossa Classe denuncia as privatizações por serem uma forma de favorecer o imperialismo e o grande capital nacional. Defende a organização de uma frente única anti-imperialista contra a desnacionalização da economia. Propõe que as centrais e sindicatos lutem pela estatização e controle operário da produção.



Boletim da Corrente Proletária na Educação – São Paulo

Caiu a máscara de Doria Resolução 061 de Doria/Rossieli/ PSDB impõe o retorno às aulas

Primeiro, o governador compareceu como defensor da vida, e se opondo à diretriz de Bolsonaro. Fez discursos diários em favor do “Fique em Casa”. Mas tudo foi passageiro. Como dizíamos, a política burguesa do isolamento social iria fracassar. Porque é o poder econômico que dita as regras, e não poderia desativar as atividades econômicas, por longo tempo e para todos os trabalhadores. Em pouco tempo, governadores e prefeitos, em todo país, passaram a seguir a orientação de Bolsonaro. Afrouxaram o isolamento e jogaram a parcela da população, que estava de quarentena, nos transportes lotados para o retorno ao trabalho.

Agora, Doria se vê forçado a acabar com a quarentena dos professores. Publicou a Resolução 061, no dia 01/09, impondo o retorno dos professores e alunos, gradualmente. Segue os chamados protocolos determinados pelas organizações imperialistas, como a OMS, que permite a presença física de 20% dos alunos nas escolas da rede estadual, e 35% de alunos nas redes municipal e particular. Podem funcionar as escolas enquadradas nas regiões que estejam 28 dias na fase amarela, do Plano SP.

E estabelece que, a partir do dia 08/09, poderão desenvolver as seguintes atividades: 1) reforço e recuperação escolar; 2) acolhimento escolar; 3) orientação de estudos e tutoria pedagógica; 4) plantão de dúvidas; 5) avaliação diagnóstica e formativa; 6) atividades esportivas e culturais, e 7) utilização de laboratório de tecnologia para estudo e acompanhamento das aulas online. 8) Formação de Comitês nas escolas para decidir sobre o retorno. Lembremos que antes dessa resolução, o governador obrigou o retorno presencial de diretores e funcionários de escolas. Faltava apenas a volta de professores e estudantes. Na realidade, Doria agiu sob a pressão dos capitalistas da educação, que há muito vinham exigindo o retorno às aulas presenciais.

A resolução divide o professorado. No primeiro momento, não obriga o professor a retornar presencialmente. Mas, oferece um pagamento adicional para aqueles que assumirem as chamadas aulas de reforço. O governo aproveita da miséria salarial para impor parte de seu plano educacional eleitoral. Aproveita os professores desempregados, para lançar uma nova forma de contratação dos professores.

Como a direção da Apeoesp respondeu à Resolução?

Enquanto o governador, hipocritamente, diz que a volta às aulas é necessária, por conta da carência afetiva e exclusão digital das crianças e adolescentes, e que não é possível ampliar a desigualdade educacional entre a escola pública (onde os alunos não têm condições de continuar com as aulas remotas) e a escola privada, com amplo acesso aos instrumentos virtuais, as direções sindicais continuam com os olhos fechados, diante do retorno generalizado ao trabalho. Recusam-se a organizar os trabalhadores da educação para que a decisão seja coletiva, sobre o retorno ou não ao trabalho. As decisões não podem ser a soma de opiniões individuais e virtuais. Apostam nos “atos ecumênicos” e no discurso corpo-

rativo de que o professor tem de ficar em isolamento social. Separam o professorado do restante dos trabalhadores, que há meses já voltaram ao trabalho. Não moveram uma palha contra a decisão de Doria de desconto da Previdência aos aposentados. Rejeitam organizar a luta nacional contra as duras medidas dos governos, que reduziram salários e demitem em massa. Apostam na via parlamentar e judicial. Não por acaso, as direções sindicais recorreram à justiça contra a Resolução de retorno às aulas. Como parte dessa política, mantêm os sindicatos fechados. Certamente, esse será o caminho da derrota. O professorado será obrigado a retornar, desorganizado e temeroso com os contágios.

Qual foi a política da Corrente Proletária?

A Corrente Proletária, desde o início, mostrou que o isolamento social iria fracassar. Defendeu que as direções sindicais convocassem as assembleias, para que os trabalhadores aprovassem um plano de emergência, em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Portanto, não separar o professorado do restante dos trabalhadores. Agora, diante da resolução de Doria, reafirmou que é preciso convocar urgentemente uma assembleia presencial. Isso por que a decisão do retorno ou não das aulas tem de ser coletiva. Portanto, tirar das mãos das direções sindicais o poder de decidir sobre o caminho a ser tomado. Denunciou a farsa de Doria, de prometer internet, se falta tudo nas escolas. Combateu a hipocrisia do governador em falar em “aco-

lhimento” dos alunos carentes afetivos. E denunciou a conduta de responsabilizar os pais pelo retorno às aulas.

O fato é que os professores estão há seis meses em casa. Parte de sua família já retornou ao trabalho. Mesmo em casa, está convivendo com essa realidade. Uma boa parte dos pais de alunos voltou ao trabalho, e as crianças e adolescentes estão em casa. E, assim, querem uma resposta do governador sobre a volta às aulas. Como se vê, o problema é mais amplo. E não tem como ser respondido com ações judiciais, parlamentares, atos ecumênicos e reuniões online. É preciso uma campanha em favor da assembleia presencial, para que as decisões sejam tomadas coletivamente, bem como o método de como defendê-las.

Campanha contra a perseguição política

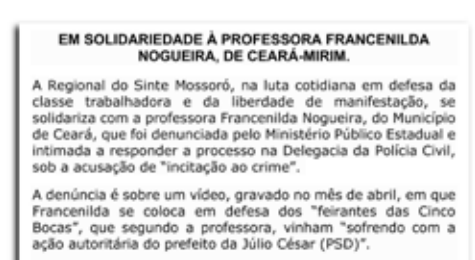
No início do mês, a professora e militante do PSOL Ceará-Mirim, Francenilda Nogueira, foi denunciada pelo Ministério Público, e intimada a responder a processo na Delegacia da Polícia Civil, sob a acusação de “incitação ao crime”. Francenilda está sendo criminalizada por ter, no mês de abril, colocado-se em defesa dos pequenos comerciantes da Feira das Cinco Bocas (Ceará-Mirim), que sofriam com a ação autoritária do prefeito Júlio César, de fechar a Feira sob o argumento da pandemia. Dessa forma, o prefeito impunha

a política burguesa de isolamento social aos feirantes, ao mesmo tempo em que protegia os capitalistas dos supermercados, que continuavam funcionando.

A ação do prefeito Júlio César é parte das tendências de cerceamento das liberdades democráticas por parte dos governos burgueses, no intuito de impedir a organização dos explorados, e ter o caminho livre para imporem o programa de proteção aos lucros dos capitalistas, diante da crise econômica e pandêmica, às custas dos explorados.

Diante disso, o POR lançou uma nota de solidariedade a Francenilda (mais abaixo), e realizou uma campanha de moções, como forma de denunciar a arbitrariedade e fortalecer o apoio à militante perseguida politicamente. É dever dos sindicatos, movimentos e partidos que se reivindicam dos explorados se colocarem em defesa de todos aqueles lutadores que são criminalizados, pois, se trata de um ataque ao conjunto do movimento.

Segue abaixo a lista das entidades que assinaram as moções até o momento:



1) Sindicato dos Bancários/RN; 2) SINDSEGUR - Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do RN; 3) Assembleia Popular por uma Mauá para os trabalhadores (05/09/2020); 4) UESP - União dos Estudantes Secundaristas Potiguares; 5) SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical São Paulo; 6) SINTECT/RN - Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do RN (vídeo); 7) SINDIPROL/ADUEL - Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região; 8) SINTEST - Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do RN; 9) SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do RN - Regional Mossoró; 10) APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP; 11) ADCAC - Associação dos Docentes do Campus de Catalão/UFG.

Partido Operário Revolucionário – RN / 03 de setembro de 2020

Nota de solidariedade a Francenilda Nogueira, perseguida política

Nesta semana, a professora e militante do PSOL Ceará-Mirim, Francenilda Nogueira, foi denunciada pelo Ministério Público, e intimada a responder a processo na Delegacia da Polícia Civil, sob a acusação de “incitação ao crime”. Francenilda está sendo criminalizada pelo Estado burguês em virtude de um vídeo, no mês de abril, em que se colocou em defesa dos feirantes das Cinco Bocas, que sofriam com a ação ditatorial e hipócrita do prefeito Júlio César, de fechar a Feira, sob o argumento da

pandemia, ao mesmo tempo em que mantinha os grandes supermercados funcionando.

No vídeo, Francenilda nada mais fez do que reivindicar, a partir das demandas apresentadas pelos trabalhadores, que o prefeito deixasse de reprimir os feirantes, e garantisse o funcionamento da Feira de forma organizada, com todas as condições de biossegurança, como distanciamento entre as bancas, controle da entrada das pessoas, etc. Por isso, trata-se de uma acusação

infundada dizer que estava “incentivando aglomerações” e “incitando ao crime”. O verdadeiro crime cometeu o prefeito, ao ter imposto a política burguesa de isolamento social aos feirantes durante a pandemia, que tiveram de sobreviver à própria sorte, na absoluta miséria, vulneráveis ao adoecimento, e sem ter meios para escoar suas mercadorias.

A suposta denúncia de “incitação crime” é nada mais do que uma perseguição política do Estado burguês contra uma militante que tem o histórico de organizar a luta dos explorados de Ceará-Mirim por suas reivindicações imediatas. A perseguição a Francenilda é um ataque ao conjunto do movimento, e às liberdades democráticas de expressão e manifestação.

O Partido Operário Revolucionário faz um chamado aos sindicatos, movimentos e partidos de esquerda a cerrar fileiras em apoio, e prestar solidariedade a Francenilda Nogueira, perseguida politicamente pelo Estado burguês por se colocar em defesa dos explorados!

Todo apoio e solidariedade a Francenilda Nogueira!

***Abaixo a perseguição política
e criminalização dos movimentos sociais!
Em defesa da liberdade de expressão
e manifestação!***

Assembleia Popular em Mauá

A via eleitoral não serve para pôr em pé organismo de luta das massas

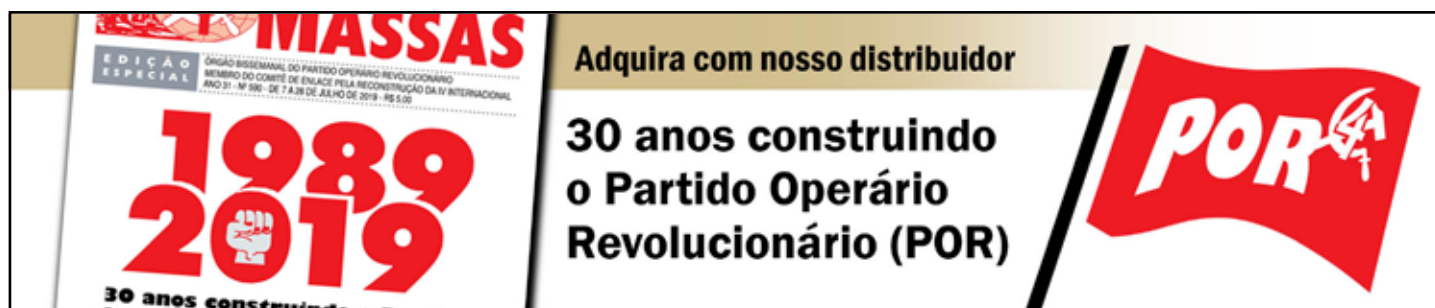
A Unidade Popular, PCR, convocou, para o dia 5 de setembro, os movimentos sociais, mulheres, negros e os partidos políticos ligados aos movimentos a construir uma Assembleia Popular. Compareceram em torno de 70 pessoas, sendo a maioria jovens dos movimentos organizados pela UP. O objetivo da atividade foi organizar uma frente no período eleitoral à esquerda, que supostamente deve se manter unificada pós eleições. Com campanhas separadas, criar, além das candidaturas das esquerdas e manter comissões pós eleições, para enfrentar os governos “direitistas e fascistas”. Representantes dos partidos – PCB, PSOL e PT – compareceram somente para saudar a iniciativa da candidata da UP em Mauá, e se retiraram.

As mulheres e o movimento de moradia fizeram intervenções, citando os objetivos dos movimentos para população. Representantes da direção do PCR citaram o histórico do partido na ditadura militar, que tirou a vida de um dos fundadores, Manoel Aleixo. Disse que a política do governo atual também é fascista, portanto, se faz necessário compor “frente de luta concreta”. Essa intervenção tinha por objetivo convencer alguns sem-teto a ocuparem a escola, que está abandonada. A ocupação aconteceu em 7 de setembro, sob o nome é Manoel Aleixo.

O POR esteve presente na Assembleia Popular. Seus militantes entrevistaram, analisando o aprofundamento da crise econômica e sanitária, apontando as demissões nas fábricas da Embraer, Kostal. Mostraram que a classe operária tem disposição para resistir, como demonstrou a greve na Renault, contra

as demissões, e a greve dos Correios. São lutas concretas de resistência ao desemprego e redução de salários. O POR propôs que a assembleia popular exigisse das Centrais Sindicais um verdadeiro dia nacional de luta contra os ataques das multinacionais e do governo militarista e fascista de Bolsonaro. Tendo como princípio a independência de classe, e a classe operária à frente de um movimento unitário. Considerou a iniciativa da assembleia popular importante, porém, o seu caráter eleitoral alimenta à jovem militância a ilusão na democracia burguesa e nas candidaturas a esquerda.

A assembleia popular aprovou a linha do PCR da frente eleitoral. E votou favorável à moção contra a perseguição à militante do PSOL, Francenilda, do Rio Grande do Norte. Falta de nossa parte apresentar uma resolução para ser votada, com o seguinte teor: diante da situação de demissão em massa, crescimento do desemprego e subemprego, avanço da pobreza e miséria e da mortandade provocada pela pandemia, cabe: 1) constituir uma frente única de combate em torno a um programa de reivindicações, que tenha por base os empregos e os salários; 2) exigir das centrais, sindicatos e movimentos que convoquem um dia Nacional de Luta, com paralisações, como ponto de partida de um amplo movimento em defesa das condições de existência da maioria explorada; 3) formar comitês de base, que unifiquem empregados e desempregados; 4) rejeitar as frentes eleitoreiras, que desviam o descontentamento dos explorados para a política burguesa.



São Paulo**Grito dos Excluídos serve de palanque eleitoral**

Aconteceu, no dia 7 de setembro, Dia da Independência, o ato do Grito dos Excluídos, na região da Av. Paulista. A organização coube principalmente à CMP (Central de Movimentos Populares), e contou com pouco mais de 200 pessoas. Representou um tímido passo à frente, se comparado com a paralisia reinante durante a pandemia. O acerto em manter o ato de rua, no entanto, acabou ofuscado pelo caráter eleitoral que foi impresso à atividade, com a presença de candidatos da esquerda – este ano haverá disputa para prefeitos e vereadores em todo o país.

O Grito, deste ano, se deu em uma conjuntura de acirrado ataque por parte da burguesia e dos governos, com um elevadíssimo nível de desemprego, rebaixamento salarial, retirada de direitos, aumento da violência, enfim, com o avanço da barbárie, em suas várias manifestações. Tudo isso, acentuado pela crise sanitária, o que exigia e ainda exige uma resposta à altura por parte dos oprimidos. As direções sindicais, das entidades estudantis e dos movimentos populares, contudo, nada têm feito efetivamente, limitando-se às ações judiciais, à pressão parlamentar, atividades on-line e outras medidas inócuas.

O POR distribuiu o seu Manifesto e fez uma fala durante o Grito dos Excluídos. O panfleto dava uma grande ênfase à gre-



ve dos trabalhadores dos Correios, mostrando a importância de apoiá-la ativamente. Na breve saudação ao microfone, o Partido se concentrou na apresentação da proposta concreta de que as centrais aprovassem um Dia Nacional de Luta, como ponto de partida para a resistência massiva e unificada dos explorados, com o combate nas ruas. Finalizou a intervenção colocando a necessidade de ligar as reivindicações parciais à luta contra a raiz de todas as opressões, que está no capitalismo, sendo a única organização a levantar a bandeira do socialismo.

Recife**A bandeira “Vida em primeiro lugar” é hipócrita**

O ato do Grito dos Excluídos, com o tema “Vida em primeiro lugar”, esteve sob as bandeiras de democracia e liberdade. Participaram as centrais sindicais, alguns movimentos sociais, como MST, e sindicatos. Não houve falas no carro de som. Foi limitado à apresentação das entidades que construíram o ato.

Apesar de tantos ataques dos governos, com as medidas que destroem direitos, aumento do desemprego e greve nacional dos Correios contra a privatização, nenhuma central fez fala. O PSTU/Conlutas agitou timidamente com megafone a defesa da greve dos Correios. As intervenções no carro de som seguiram por todo ato como rezas. Clamaram em defesa dos direitos à saúde (SUS), moradia, educação e contra a morte da juventude negra – concluindo com “Não ao governo

genocida” (Bolsonaro). A falta de intervenção, que agitasse a necessidade da luta unificada dos explorados, mostra que as direções ainda não romperam com a passividade, iniciada com a política burguesa do isolamento social, e se arrastam atrás do desgaste político do governo Bolsonaro, por interesses eleitorais.

O POR atuou com a banca de materiais e distribuição do manifesto com o chamado: “É preciso retomar os atos massivos de rua, convocar as assembleias e comitês, e erguer uma poderosa mobilização, no campo da independência de classe! Que as centrais sindicais convoquem imediatamente um verdadeiro Dia Nacional de Luta, pelos empregos, salários, direitos e saúde pública!”

Ceará**Grito dos excluídos não serviu como dia de luta**

O ato do grito dos excluídos ocorreu na manhã do dia 07/09, na avenida Beira-Mar. Menos de 100 pessoas participaram desta 26ª edição, que foi marcada pela ausência completa dos trabalhadores/juventude pobre, não convocados à luta contra o avanço da barbárie social.

As pastorais e outras entidades, que organizam o ato, em sua maioria, decidiram por sua realização apenas virtual, alegando os riscos de contaminação com a pandemia. A parte minoritária de alguns movimentos, que tradicionalmente

participam do evento, resolveu convocá-lo presencialmente – embora, de última hora. Esta iniciativa, em si, progressista, foi acompanhada da infeliz recomendação de que as organizações/entidades enviassem apenas uma representação, para que se evitasse aglomeração. A atividade também teve seu horário remarcado para manhã, para atender a um setor que abandonara a ideia de ato virtual, e desejava aderir à atividade, uma vez que a recomendação dada às entidades lhe satisfazia plenamente. Assim, determinou-se que o natimorto grito dos

excluídos teria uma realização apenas simbólica.

O 26º grito dos excluídos, apesar do tema “vida em primeiro lugar: basta de miséria, preconceito e repressão, queremos trabalho, terra, teto e participação” não serviu de canal para a luta dos oprimidos contra as medidas dos governos/capitalistas. A atual desintegração econômica atinge em cheio o proletariado e demais oprimidos. O desemprego bate recorde, assim como o subemprego e, como ele, a superexploração do trabalho. O salário mínimo miserável vai tramitando no Congresso, a alta dos preços dos alimentos, corroendo o poder de compra dos assalariados, e o Governo/Congresso, em franca ofensiva para a aprovação das contrarreformas tributária e administrativa. A queda acentuada do PIB, (-9,7% no 2º trimestre), e o maior recrudescimento da opressão sobre mulheres, negros, homossexuais e indígenas completam esse quadro de esmagamento dos explorados. Tudo isso aponta para a urgente necessidade da luta nacional unificada.

O Grito dos Excluídos poderia servir como um pontapé inicial para a retomada das lutas. A pressão para que as centrais sindicais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta em defesa da vida dos oprimidos, ganharia maior concretude.

Desgraçadamente, nada disso ocorreu. As direções e a maioria das correntes capitularam, diante da fracassada política de isolamento social, e não convocaram suas bases para a manifestação. A convocatória, divulgada no último momento, e a mudança de horário na véspera, impediu que se fizesse um amplo chamado nas fábricas e bairros operários.

O POR não acatou a deliberação de enviar apenas uma representação de 2 companheiros, e convocou sua militância/simpatizantes. Atuou no ato com bandeiras, palavra de ordem, intervenção com fala, e distribuição de manifesto.

Em meio ao agravamento da crise social e das violentas medidas de ataque da burguesia, percebe-se como as correntes eleitoreiras (PT, PC do B, PSOL, etc.) se têm utilizado da pandemia como desculpa para não convocar atos de rua ou assembleias das diversas categorias. A caça aos votos está a todo vapor. As centrais e movimentos têm desviado a atenção dos trabalhadores para saídas eleitorais. É preciso extrair do fracasso do 26º Grito dos Excluídos a lição de que, sem exigir das centrais e movimentos a organização da luta, e denunciar desde já seu corpo mole e seu papel de bloqueio, não avançaremos na tarefa de barrar os violentos ataques que estão por vir.

Rondônia

Desespero de indígenas foi a causa da morte de indigenista

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denuncia a invasão das terras indígenas pelos madeireiros, garimpeiros, grileiros, que se amparam nas falas de Bolsonaro e seus comparsas. Os invasores ganham mais força, com a legislação impulsionada pelo presidente, principalmente o Projeto de Lei (PL) 191/20, que trata da “regulamentação e exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas”.

Desde que se intensificaram as invasões das terras indígenas, seguidas de devastação, por queimadas e derrubadas da vegetação nativa, e de demais recursos naturais, começaram

a aparecer indígenas isolados, que se defendem contra a destruição das suas condições de existência.

Os representantes do CIMI denunciavam, também, que os invasores aproveitam a pandemia e a falta de vigilância da FUNAI, IBAMA, para ampliarem sua ofensiva sobre as terras indígenas. E que indígenas isolados, com o objetivo de se defenderem, acabam atacando, sem perceberem que são os invasores, de fato. Foi o que ocorreu no dia 9. Na tentativa de se protegerem, flecharam e feriram mortalmente o indigenista, que atuava na FUNAI, Rieli Franciscato.

O desespero dos indígenas tem sido grande. Bolsonaro tem favorecido os

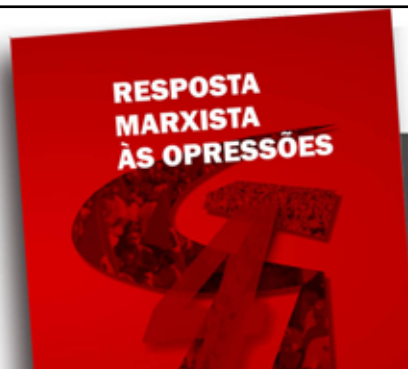
grileiros, madeireiros e garimpeiros, que avançam sobre as comunidades indígenas. A devastação e as queimadas da floresta ameaçam os povos indígenas e ribeirinhos. O que havia de proteção e de política de demarcação de suas terras vem sendo desmontada pelo governo direitista de Bolsonaro. Não por acaso, indígenas isolados agem, como podem, para se defenderem de tamanha ofensiva governamental.

É fundamental que o movimento operário tome em suas mãos as reivindicações de proteção aos povos indígenas. Isoladamente, não tem como as nações indígenas organizarem a resistência contra os invasores e o governo.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Igrejas bilionárias. Anistia aos impostores.

Escândalo após escândalo, é próprio da política burguesa e do funcionamento do Estado capitalista. A aprovação de um projeto que anistia as igrejas evangélicas em R\$ 1 bilhão é mais um dos casos de abuso com o dinheiro público. Trezentos e quarenta e cinco deputados cumpriram seu dever com os piedosos e desinteressados pastores, livrando suas instituições de pagar a bilionária dívida com a Receita Federal.

As igrejas – não somente as evangélicas – estão isentas de recolher impostos. A Constituição de 1988 lhes conferiu esse bálsamo divino. Mas, não as isentaram de pagar as transações financeiras, que dizem respeito à Contribuição Social sobre Lucros e Dividendos, e à contribuição previdenciária. Os pastores divinos querem movimentar livremente uma fábula recolhida pelo dízimo dos seus fiéis e transformada em negócios e propriedades altamente rentáveis, ao ponto de se distribuírem, entre a nata da burocracia, ricos dividendos, bem como poder expatriar parte da bolada, sem nenhum embaraço. Querem também obter aposentadorias, sem precisar recolher ao INSS. Esse é o paraíso de Deus, na terra do capitalismo, bárbaro com os explorados, e civilizado com os exploradores.

A bancada evangélica aproveitou que Bolsonaro e o Congresso Nacional tramitam a reforma fiscal, para isentar os exploradores das causas divinas, e conceder o “perdão” – até o termo celestial está sendo manejado – de suas dívidas com o Tesouro Nacional. Esse maná bíblico seria uma demonstração de liberdade religiosa, garantida pela democracia e pela indulgência dos parlamentares, para com os aflitos, que se socorrem dos Templos de Deus, para aliviarem a dor d’alma, e se agarrarem à esperança de que, no final das contas, estarão salvos no Céu.

Para que a fé divina se encarne nos bem-aventurados, é preciso de muito dinheiro, de um império de comunicações, de um Templo de Salomão, que reúna a rede de templos do país, instalados em cada bairro, em cada confins de mundo, e de uma vida folgazã dos pastores, que dia a dia recolhem os dízimos dos remediados e das massas pobres e miseráveis. Esse império divino na terra oferece a salvação e, em troca, recebe a subserviência dos explorados, diante da brutal exploração do trabalho, do acúmulo de riqueza em poder da minoria burguesa e da miséria.

Os pastores e a renque de auxiliares, bem disciplinados nas

tarefas de recolher os dízimos, são bem protegidos pela liberdade religiosa de explorar a ignorância e o flagelo das massas. Para garantir o fabuloso negócio do tráfico da fé, as igrejas montam partidos burgueses, ou se alinham em torno àqueles que, no momento, lhes são mais úteis, e exercem poder junto aos governantes. Assim, obtêm concessão para montar um império de comunicação, voltado a espalhar o obscurantismo entre as massas, desorganizadas e fragilizadas pela pobreza e miséria.

Somente em palavra o Estado é laico. As igrejas têm participação direta ou indireta em sua condução. Estão mergulhadas em todos os grandes problemas nacionais. Servem de correia da opressão de classe e nacional (imperialista). Todo poder econômico é parte do poder político. E as igrejas formam um grande poder econômico. É disso que se trata, ao se observar a escandalosa decisão da Câmara dos Deputados de “perdoar” as igrejas evangélicas.

Capitulação dos estalinistas (PCdoB) e dos reformistas (petistas)

Não há nada de surpreendente em que a frente parlamentar evangélica tenha conseguido se livrar da dívida bilionária – ainda se aguarda a decisão de Bolsonaro, que é um agente dos evangélicos no posto mais alto da República. O que surpreende é constatar até onde chegou o apodrecimento do PCdoB, que orientou sua bancada a votar com os evangélicos. O PT se posicionou pelo voto contrário, mas vários parlamentares desconhecaram a orientação. Nada vai acontecer aos capituladores. No fundo, os votos contrários foram pró forma, uma vez que todos os partidos – incluindo o PSOL, mais à esquerda – estão submetidos ao parlamento oligárquico e fazem parte da política burguesa de sustentação do Estado capitalista.

É necessário denunciar que os privilégios das igrejas servem aos interesses gerais da burguesia e à manutenção de sua ditadura de classe sobre a maioria explorada. A ditadura espiritual é parte da dominação da minoria sobre a maioria. As igrejas nasceram na sociedade de classes, e vão se extinguir na sociedade comunista. A luta pela emancipação da classe operária e demais explorados do obscurantismo religioso é parte do desenvolvimento da revolução proletária.

Afuse

Enfrentar dois obstáculos: a política autoritária e antitrabalhadora dos governantes e a política conciliadora da direção do sindicato

É de extrema urgência que a direção da AFUSE convoque as assembleias para que os funcionários decidam coletivamente sobre as medidas de Doria, e os profundos ataques que estão por vir, por meio da reforma administrativa, contra o conjunto dos servidores públicos.

Os funcionários de escolas estão trabalhando. O isolamento social tem servido somente aos professores e estudantes. Vários colegas e suas famílias tiveram de conviver com seus doentes, contaminados pelo Covid-19, e, nessas escolas, não foram feitos os protocolos de saúde, portanto, nada do que Doria propagandeia. De-

pois de seis meses de isolamento social, Doria impõe o decreto 61, de retorno gradual das aulas presenciais. Ainda mais, ordena que diretores e funcionários se responsabilizem em averiguar as condições sanitárias de suas escolas e programem a volta às aulas.

Uma direção sob a política da conciliação de classes

A direção da Afuse, que há anos não convoca assembleia, aproveita a pandemia para rejeitar a posição da Corrente Proletária. Usa o discurso demagógico de que não pode haver aglomeração, e que “é responsável e defende a vida”. No entanto, fecha

os olhos diante do fato de que os funcionários já retornaram ao trabalho, apesar da pandemia. E os que estão afastados, pela idade, trabalham como loucos em casa, fazendo o teletrabalho. Na realidade, a burocracia dirigente da Afuse segue a orientação das direções sindicais petistas, mantendo o sindicato fechado, fazendo reuniões online, e se recusando a organizar os trabalhadores para enfrentar as medidas governamentais. Ao contrário de defender as condições de existência dos funcionários, que inclui a vida contra o Covid-19, se submete à farsa do isolamento social, que divide os trabalhadores entre os que podem ficar em casa e os que são obrigados a ir ao trabalho. Diante do decreto 61, se limita a pronunciar sua indignação virtualmente. Está aí uma das facetas da política de conciliação de classes.

Resposta da Corrente Proletária

1) Não tem como enfrentar as medidas dos governantes, permanecendo em casa, em quarentena;

- 2) Não tem como combater os projetos autoritários de Doria (decreto 61, aumento da contribuição do Iamspe, arrocho salarial, desconto da Previdência dos aposentados, etc.), permanecendo isolados, e se mostrando indignados nas redes sociais;
- 3) Não tem como defender as reivindicações de proteção às condições de existência, apostando na Justiça burguesa e na denominada pressão parlamentar. Lembremos que esses organismos legislam e julgam em favor dos interesses da classe dominante;
- 4) É preciso: a) unir os funcionários que já estão trabalhando com os que ainda permanecem em casa. Para isso, convocar as reuniões e assembleias presenciais; b) defender a unidade com os demais servidores públicos, que implica plenárias e assembleias conjuntas (presenciais); c) trabalhar pela unidade dos funcionários com os demais trabalhadores, preparando um verdadeiro Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública.

As aulas em SP são retomadas em pouquíssimas escolas

No dia 8 de setembro, seguindo o calendário proposto pelo governador, João Doria/PSDB, uma pequena parcela das escolas retomou as suas atividades em SP. De acordo com a Seduc, o índice foi de apenas 3,5%, isto é, 200, em um universo de 5.667 unidades. E, mesmo nessas poucas, o comparecimento ficou entre 10% e 15% somente. O número de escolas reabertas foi contestado pela presidenta do sindicato dos professores, a Apeoesp – segundo ela, foram só 20 escolas.

Independente da guerra de informações, o que se viu foi o medo das famílias prevalecendo sobre a pressão, sobretudo econômica, pela retomada. E o mais grave: tudo isso vem se passando, sem que os sindicatos tomem qualquer medida efetiva para que os trabalhadores possam decidir coletivamente sobre qual ação tomar, ficando completamente a mercê das imposições dos governos e da burguesia.

Ao lado das escolas estaduais, existem as realidades das redes municipais e particular. Na primeira, de acordo com a

Seduc, a estimativa era de apenas 128, dos 645 municípios, reabrirem no dia 8, enquanto a região metropolitana inteira, com 39 cidades, incluindo a capital paulista, optou por seguir sem as aulas presenciais, por enquanto. Esse dado, por sua vez, afeta a rede particular, pois, o retorno ou não entre as privadas depende da decisão dos governos locais. O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP) segue pressionando pela volta às atividades presenciais, mirando na proteção dos rendimentos dos capitalistas do setor.

A Corrente Proletária na Educação mantém a sua campanha para que os sindicatos convoquem as assembleias presenciais. Defende que a decisão sobre a retomada – quando e como – deve ser tomada por estudantes, trabalhadores da educação e famílias. As assembleias conjuntas são importantes, também, para que os explorados possam discutir, deliberar e colocar em prática as ações necessárias para se defenderem da tremenda ofensiva burguesa, de ataque aos empregos, salários e direitos.

Direção do CEFISMA continua sustentando o EAD durante o segundo semestre

No primeiro semestre de 2020, a direção do Centro Acadêmico do Instituto de Física da USP (CEFISMA), serviu à burocracia da universidade como pilar de sustentação do EAD no Instituto de Física. O CEFISMA é dirigido pelo PCB. Em nenhum momento, a direção convocou uma assembleia, para garantir que os estudantes deliberassem como responder ao EAD. Em sentido oposto a esse, a direção se reuniu com a diretoria do instituto, para articular a manutenção do ensino a distância, e declarou que o centro acadêmico é apenas uma “*ponte entre os estudantes e a diretoria do IFUSP*”, e que “*um centro acadêmico*” e, consequentemente, o corpo estudantil, “*não possui poder de tomar diretamente qualquer decisão pelo instituto*”. No final de maio, a direção também chegou a publicar um formulário, com o intuito de coletar opiniões dos estudantes, em torno à execução de avaliações e estruturação da carga didática e das aulas, “*pensando em um formato 100% onli-
ne*”, para ser aplicado no segundo semestre.

Essa política de apoio à manutenção do EAD, já descrita em nota do Jornal Massas Nº 611, se manteve no segundo semestre. Ainda em julho, a direção do CEFISMA, articulada com os representantes discentes, voltou a se reunir com a diretoria do instituto, e buscou contribuir – por meio das comissões do instituto, onde a representação estudantil é mínima – para a estruturação do modelo de EAD, a ser aplicado no segundo semestre. Seguindo essa linha, a direção, por meio dos representantes discentes, atuou em conjunto com a comissão de graduação e coordenações de curso para organizar a carga didática do segundo semestre, ministrado integralmente à distância. Por meio de um novo formulário online, apresentado em agosto, a direção do CEFISMA também buscou coletar opiniões dos estudantes sobre a aplicação das disciplinas do semestre atual, a fim de ‘aprimorar’ o ensino virtual. Não obstante, seguindo deliberação da comissão de graduação e orientação da diretoria do instituto, a direção do CEFIS-

MA passou a organizar, em agosto, uma “Campanha de arrecadação de computadores para acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial – IFUSP”. Tal campanha é duplamente reprovável, pois, além de partir de um princípio assistencialista para manter o EAD, por meio da atenuação de seus impactos, atribui ao centro acadêmico uma responsabilidade que deveria ser integralmente da administração do instituto, que é garantir a todos os alunos plenas condições de acompanhar as aulas e se manter na universidade. Também chama atenção que, no editorial da edição de seu jornal, Supernova, publicada no segundo semestre, a direção do CEFISMA declara que “aulas online em período de isolamento são necessá-

rias”, e levantam apenas indagações superficiais sobre problemas que surgiram em sua aplicação.

Assim, UJC (PCB), enquanto direção do CEFISMA, contribui com o processo de ampliação da precarização da universidade e do ensino de modo geral. São responsáveis, junto à burocracia universitária, por todos os alunos que vieram a abandonar o curso, ou se encontraram em dificuldades, em virtude da execução das aulas à distância. Para garantir a organização independente dos estudantes, por meio de seus métodos próprios, visando a enfrentar a aplicação do EAD, está em vigência a necessidade de superar a atual direção burocrática por uma direção revolucionária.

USP

Nosso combate deve ser contra a reitoria, governo e burguesia

Ao defender que os funcionários da USP em isolamento voltem ao trabalho somente após a vacina contra o Covid-19, o diretor do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), Magno de Carvalho, sofreu críticas de um setor do movimento estudantil da USP, ligado ao PT, que o acusa de jogar funcionários contra pesquisadores. Na fala de Magno, “*tem muito interesse individual, pesquisadores que querem tocar sua pesquisa porque a carreira está ligada àquilo. Se vai morrer mais ou menos, isso passa a ser secundário.*”

É bem verdade que, dentre os pesquisadores da USP, há uma parte que integra a burocracia universitária autoritária. Outra, que é privatista até a medula. Muitos desses expressam o autoritarismo da classe dominante da sociedade no interior da universidade. A escravização moderna dos assalariados pelos exploradores capitalistas se reflete na relação entre professor/autoridade e funcionário/subalterno.

A defesa da pesquisa e ensino públicos não pode ser confundida com a defesa da casta burocrática que governa a universidade, nem da relação odiosa que existe entre o chefe professor e o subordinado funcionário. Isto se esquecem os petistas que saíram em defesa apaixonada dos pesquisadores contra a fala de Magno de Carvalho.

O reformismo petista supõe a possibilidade de melhorar a universidade nos marcos do capitalismo em decomposição, sem alterar a essência de sua estrutura de poder. Por isso, pregam a chamada “democratização”, que não passa de uma maquiagem para preservar o poder nas mãos da casta burocrática que governa a universidade a serviço da burguesia e de seus governos. Essa tese não passa da aplicação mecânica da hipótese reformista, da possibilidade de democratização do Estado burguês, que poderia, por meio dela, deixar de ser o instrumento da ditadura de classe da minoria exploradora contra a maioria explorada, e passar a ser um meio de elevação geral das condições de vida, trabalho e cultura da maioria da população.

O contrário ocorre. O Estado, diante da decomposição capitalista, vai ficando cada vez mais autoritário e repressivo. Vai servindo de instrumento para acirrar a distância entre ricos e pobres. De destruição de empregos, salários e direitos da maioria.

O mesmo acontece com a casta burocrática que governa a universidade. O privatismo, o sucateamento, a elitização, a terceirização, tudo isso se impõe por meios autoritários e repressivos.

Essa tendência geral só pode ser efetivamente combatida por meio da ação geral das massas, fora da universidade, à qual se deve unir um movimento conjunto dos três setores que a compõem, o qual vai se chocar com a casta burocrática, lutando para por fim a ela, e erguer em seu lugar a real democracia e autonomia universitárias, que só pode fundamentar-se na assembleia geral universitária soberana.

A posição reformista dos petistas os leva, primeiro, a se submeter à política burguesa de isolamento social, que, aliás, fracassou rotundamente no Brasil, com a volta generalizada ao trabalho; segundo, a se colocar em choque com os funcionários, quando estes estão fora do trabalho, justamente por conta da imposição da “quarentena de classe”. No caso da USP, a coisa fica mais vexatória, porque esse gigante muito pouco fez durante a pandemia, se comparamos, por exemplo, ao trabalho feito pela pequena Universidade Federal de Pelotas (RS). Não é em defesa da pesquisa científica contra a pandemia que os reformistas estão falando; é em defesa daqueles que têm interesses muito particulares, vinculados ao carreirismo, que estão sim dispostos a pisotear os funcionários que se contaminarem ou morrerem por conta da volta ao trabalho. Trata-se de um corporativismo da pior espécie.

Mas a posição de Magno também incorre no corporativismo, ao limitar sua crítica aos pesquisadores com interesses particulares. O Sintusp não se colocou por uma política de independência de classe diante da pandemia. O fechamento da universidade pela reitoria coloca o destino dos que estudam e trabalham nas mãos dessa burocracia e do governo Doria.

O correto seria a defesa da assembleia geral universitária, precedida de assembleias unificadas dos três setores em cada unidade, de forma a que se pudesse dar uma resposta própria e autônoma à pandemia, e impô-la por meio da mobilização à reitoria/governo. A unidade na luta poderia decidir se e como haveria alguma atividade dentro da USP (por exemplo, ocupação de unidades, fechamento de outras, etc.). O pior é deixar nas mãos de seus opressores o destino dos oprimidos. E isso aconteceu em geral, nacionalmente, desde os sindicatos, passando pelas centrais e demais organizações de massa.

No conflito atual, não se trata de colocar uns contra os outros, mas de apontar a necessidade de luta conjunta contra a reitoria, o governo e a burguesia. Novamente, isso passa pela organização da assembleia geral universitária.

Nesta edição:

- **Argentina:** O governo não tem resposta aos graves problemas sociais, porque sua política econômica está subordinada a garantir o pagamento da dívida externa.
- **Bolívia:** Enquanto a economia nacional afunda, o governo de Jeanine Añez prioriza os interesses da oligarquia agroindustrial do Oriente.
- **Colômbia:** Revolta contra a impunidade policial.
- **EUA:** Prossegue a luta de classes/ Não se deixar enganar, nem por Trump nem por Biden.
- *Campanha dos 80 anos do assassinato de Trotsky e 82 anos da fundação da IV Internacional-*
- *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Argentina

O governo não tem resposta aos graves problemas sociais, porque sua política econômica está subordinada a garantir o pagamento da dívida externa

A economia mundial está em recessão. Nos países imperialistas, se registram fortes quedas da produção e destruição de empregos. Os bancos centrais correram para auxiliar as grandes companhias e suas Bolsas de Valores, com milhões de dólares. A crise atingiu magnitude extraordinária, catastrófica. Os governos e as instituições financeiras internacionais não têm ideia de como sair desta situação, num momento em que sequer conseguiram apagar o incêndio de 2008. Sequer conseguirão voltar ao nível do ano passado.

Quando afirmamos que toda a política econômica está determinada pela decisão de pagar a dívida externa, estamos afirmando que não haverá recuperação dos salários e aposentadorias, não haverá investimento público no nível que se precisa, não haverá recursos para educação e saúde suficientes, porque a prioridade é que as contas fechem para o FMI, para os banqueiros.

É nestas condições que o governo argentino negociou o reconhecimento e pagamento de toda a dívida externa. Já concretizou o refinanciamento com os credores e, agora, começa a negociar com o FMI, seu outro grande credor. Essa monumental dívida está posta como uma lápide sobre a economia nacional. Ter reconhecido essa dívida é um ato de traição aos interesses da nação e aos trabalhadores. Não há nada o que comemorar. Fernández mente, quando diz “desta vez, a dívida não será paga pelos mais necessitados”.

O total da dívida equivale ao produto interno do país (PIB). Mesmo que nos próximos dois ou três anos não se façam pagamentos, o que se prometeu foi pagar a todos depois disso. De modo que os credores levarão os excedentes que a economia produza. É uma condenação.

O FMI está, desde já, controlando e auditando, para que o governo aplique medidas econômicas que permitam juntar, todo mês, os recursos para pagar no futuro. A sentença é categórica, e

estão cuidando para que se cumpra, mediante vários ajustes.

O acordo foi comemorado pelos banqueiros nacionais e estrangeiros, pelos grandes capitalistas, porque entenderam que este reconhecimento valorizará seus títulos, e poderá abrir para eles as portas do crédito internacional, baixando as taxas de juros.

Para poder pagar, o orçamento nacional, não somente deve se equilibrar, superando o grande déficit atual, mas, deverão ser gerados superávits, de modo a comprar os dólares para fazer os pagamentos. Como farão para conseguir que a arrecadação seja maior que as despesas? De um lado, devem melhorar a arrecadação pela via de uma maior atividade econômica ou aumentando os impostos. Por outro lado, reduzindo as despesas, reduzindo o investimento público.

Quando afirmamos que toda a política econômica está determinada pela decisão de pagar a dívida externa, estamos afirmando que não haverá recuperação dos salários e aposentadorias, não haverá investimento público no nível que se precisa, não haverá recursos para educação e saúde suficientes, porque a prioridade é que as contas fechem para o FMI, para os banqueiros.

O governo, não só não está disposto a liquidar a grande propriedade privada dos setores essenciais da economia, como tem problema em cobrar deles mais impostos (sequer pagam o que deveriam pagar). A outra via é a de aumentar a arrecadação, mediante o crescimento da economia, mas, como pode a economia melhorar, se a demanda interna está contida, devido aos baixos ganhos da grande maioria da população; como vai melhorar se o comércio exterior está estagnado? O pagamento da dívida externa condiciona desde já toda a política econômica.

Por isso, o ajuste miserável das aposentadorias. Por isso, os miseráveis planos de investimentos em obras públicas. Por essa razão, não se reajustam os salários e se propõem planos

assistenciais, como resposta ao desastre do desemprego. Da mesma forma que Macri, se exaltam o empreendedorismo, as “novas” formas de trabalho flexível, totalmente precarizado. NÃO é verdade que não se pode fazer outra coisa, que não há outra saída. Não podem fazer outra coisa porque não querem se chocar com a grande propriedade, com os bancos, com os latifundiários; dessa forma, é claro que não se pode.

O presidente afirma, uma vez e outra, que “a Argentina esteve melhor com o coronavírus que com o governo de Mauricio Macri”, que “os salários e empregos registrados sofreram mais entre janeiro e maio de 2019 do que nos mesmos meses de 2020”, que “durante os primeiros meses da pandemia o salário real teve uma queda forte de 4%. Entretanto, a contração resultou ser só a metade que a ocorrida em 2019, de 8,3%”. Uma confissão de que, não apenas não recuperamos o que se perdeu sob o governo Macri, mas que se aprofundou o retrocesso do poder aquisitivo dos salários.

A luta para defender nossas condições de vida e trabalho, por empregos genuínos e por salário e aposentadorias, que deem para viver como pessoas, é incompatível com o reconhecimento da dívida externa.

A classe operária tem um plano completamente diferente, oposto ao dos grandes capitalistas, banqueiros e latifundiários, um plano de emergência para sair da situação catastrófica em que nos encontramos:

- Salário e aposentadorias mínimas equivalentes ao custo de vida; defesa dos acordos coletivos, discutir em todos os lugares de trabalho o reajuste salarial e as condições de trabalho;
- Nem um trabalhador sem trabalho, trabalho genuíno para todos! Basta de precarização e escravização trabalhista! Redução da jornada sem redução de salários, para dividir todo o trabalho entre todos os trabalhadores. Os planos do governo são trabalhos precarizados, informais e mal pagos;
- Sistema único de saúde, nacional, gratuito e universal para toda a população. Expropriar todo o sistema privado, incorporando-o ao sistema público (clínicas, laboratórios, etc.). Todo o orçamento necessário para a saúde, para equipamentos, prevenção, atenção, para salários, prédios. Os trabalhadores devem tomar o controle de nossa saúde, estabelecendo os protocolos para o transporte, para trabalhar, etc.;
- Sistema único, nacional e gratuito de educação, incorporando o setor privado, todos seus trabalhadores e suas instalações;
- Plano de obras públicas no longo prazo, para resolver o déficit habitacional, água tratada e esgoto para toda a população, semelhante à rede de gás. As obras devem estar em mãos de empresas estatais, sob controle dos trabalhadores. Construir e reparar todas as escolas e hospitais que sejam necessários;
- Desconhecer a dívida com o capital financeiro, seja local ou estrangeira, desconhecer os acordos com o FMI, rechaçar sua auditoria sobre a economia nacional. Estatização do sistema bancário, incorporando-o ao sistema oficial, sob controle operário. Nacionalização do comércio exterior;
- Expropriação do latifúndio, para transformá-lo em fazendas coletivas, de modo a decidir o que se produz, quanto, para quem, em que condições, de modo a preservar todos os recursos. Impedir

A luta para defender nossas condições de vida e trabalho, por empregos genuínos e por salário e aposentadorias, que deem para viver como pessoas, é incompatível com o reconhecimento da dívida externa.

a derrubada indiscriminada dos bosques. Entrega das terras aos camponeses e comunidades originárias, que foram despejadas de suas terras. Entrega de terras àquelas comunidades que querem trabalhar e propiciar sua incorporação à fazenda coletiva quando desejarem;

- Recuperar todos os lagos, os rios e o mar. Não pode haver privatizações dos recursos naturais. Todos os portos, todos os acessos, devem ser estatais;
- Impor o monopólio estatal do petróleo, sob controle operário coletivo, expropriando toda atividade hidrocarbonífera, da exploração ao refino e comercialização. Expropriar as empresas de energia, da geração à distribuição;
- As grandes cadeias de comercialização, que concentram a venda de artigos de primeira necessidade, devem ser confiscadas para estabelecer centros de distribuição, que permitam o acesso de todas as produções e os produtores regionais aos mercados, a preços que consigam pagar, e de boa qualidade;

Essa é a única saída para o desastre que atravessamos e que nos empurra à barbárie. Não há outra. O capitalismo

está decomposto, em processo de desintegração, e nos afunda na pobreza, na miséria, na fome, no desemprego e todos esses flagelos que açoitam a nossa sociedade em ruínas.

Aqueles que afirmam que não se pode, respondemos que isso é o necessário para sair da catástrofe social, econômica, política e sanitária. Que para isso deveremos realizar uma verdadeira rebelião nacional, que liquide a grande propriedade de um punhado de ricos cada vez mais ricos, verdadeiros parasitas sociais. Para isso, precisamos recuperar os sindicatos e todas as organizações sociais, colocando na sua direção dirigentes que expressem essas ideias, e que se apoiem nos métodos de luta da classe operária. Para isso, temos de avançar na construção da direção revolucionária, tarefa em que estamos empenhados desde o POR, desde o CERQUI, porque estes problemas se reproduzem em todos os países. O capitalismo não se pode reformar, sua sobrevivência condena a humanidade, devemos acabar com ele. O caminho é a revolução social, a ditadura do proletariado (governo operário-camponês, dos oprimidos da cidade e do campo). Não há caminhos intermediários, não há etapas, não há forma de colaborar ou conciliar com aqueles que defendem a ordem imperante.

(Extraído do Jornal Massas, nº 377, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Bolívia

Enquanto a economia nacional afunda, o governo de Jeanine Añez prioriza os interesses da oligarquia agroindustrial do Oriente

A rebelião pequeno-burguesa urbana, que tirou do poder o despótico e impopular governo do M.A.S., deixou pela metade as medidas que esse governo, que agora cinicamente pretende voltar a se disfarçar de revolucionário, já tinha negociado em favor dos poderosos latifundiários agroindustriais do Oriente.

O governo de Jeanine Añez está repleto de políticos diretamente vinculados às oligarquias latifundiárias do oriente e, naturalmente, a sua prioridade é concluir e aprofundar as medidas em seu favor, concedidas pela nova direita masista.

cio de seus trabalhadores, sob a política colaboracionista da burocracia sindical, agora está praticamente paralisada. Os trabalhadores de Huanuni já estão com os salários atrasados em quatro meses, sem que o governo mova um dedo para resolver a situação. Os médicos e os demais trabalhadores da saúde, com contratos para combater o Covid-19, também estão com os salários atrasados há três meses, com o agravante de muitos deles terem morrido por causa da doença. Cerca de 300 mil pessoas perderam os empregos na Bolívia, por causa da pandemia. A educação está à deriva, em

mudar a Lei dos Hidrocarbonetos e encontrar um mecanismo de relação entre o Estado e as operadoras petrolíferas, que seja mais aberto para garantir as inversões, e injetar dinamismo no setor” (Zamora, ministro dos Hidrocarbonetos).

No meio de todo este desastre, os patrões do Oriente, ex-aliados do regime de Evo Morales, desde a chegada ao poder de Jeanine Añez, governam a Bolívia, fazendo bravatas para imporem o negócio dos transgênicos, dos biocombustíveis, etc. Intolerantes, reagem com fúria, atacando todos os que se colocam diante dos seus interesses, qualificando-os de “bestas humanas”, “que atacam quem os tenta ajudar” – palavras do Presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, o racista Rômulo Calvo, contra os colonos, que bloquearam as estradas do estado, que foram ameaçados de “chegar até as últimas consequências” contra os ambientalistas e indígenas, que apresentaram uma Ação popular contra a agrobiotecnologia, por parte de Marcelo Pantoja, dirigente da ANAPO (Associação de Produtores de Oleaginosas), um poderoso latifundiário.

Se há dinheiro para presentear os agroindustriais, os trabalhadores, os explorados e oprimidos têm todo o direito de exigir do governo atenção imediata às nossas necessidades, por pão, trabalho, saúde, educação, e pela defesa das empresas do Estado e nossos recursos naturais.

(Extraído do Jornal Massas Extra, 7/9/2020, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

O governo de Jeanine Añez está repleto de políticos diretamente vinculados às oligarquias latifundiárias do oriente e, naturalmente, a sua prioridade é concluir e aprofundar as medidas em seu favor, concedidas pela nova direita masista.

O governo transitório de Jeanine Añez concedeu um crédito de US\$ 100 milhões aos empresários de Santa Cruz, da Câmara Agropecuária do Oriente (CAO), recursos que são a fundo perdido, que não serão reembolsados para o país, e que serão pagos, nos anos seguintes, por toda a população boliviana, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O atual Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Branlo Marinkovic, ex-presidente da CAO, membro do Comitê Cívico de Santa Cruz, aprovou a transferência destes recursos em menos de 48 horas.

Enquanto isso, a mineração estatal, que apenas sobrevivia durante o governo do MAS, por causa do auto sacrifí-

meio a uma mesquinha luta politiquerista entre o governo e a oposição masista. Centenas de milhares de autônomos, desesperadamente, procuram uma forma de sobreviver em condições de miséria extrema.

Diante da crise do setor petrolífero, que se reflete na queda abrupta das reservas e da produção, que impede o setor de continuar sendo um importante ator no comércio regional de gás natural, o governo empresarial não tem uma ideia melhor do que acabar entregando o negócio às multinacionais. Ou seja, indo mais adiante em relação ao governo do MAS, que aproveitou parte dos recursos dos governadores e prefeitos para incentivar as petrolíferas. “Vamos

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Colômbia**Revolta contra a impunidade policial**

Javier Ordoñez, que trabalhava como taxista, foi assassinado pela polícia em Bogotá, capital da Colômbia. Morreu após ser brutalmente espancado, e receber cinco descargas de uma pistola elétrica.

São inúmeros os assassinatos perpetrados pela polícia e o exército, nos últimos três anos: 240 ex-guerrilheiros das FARC, dezenas de militantes sociais, camponeses e indígenas. Mas, foi o caso de Ordoñez que, finalmente, deflagrou massivos protestos. Até agora, treze pessoas morreram, centenas de manifestantes e policiais ficaram feridos. Foram incendiadas 56 unidades policiais.

O certo é que a revolta popular contra o assassinato de Ordoñez assinala a retomada da luta instintiva das massas que, em 2019, ergueram um movimento nacional contra a ofensiva do governo, de aplicar violentas contrarreformas sociais e econômicas, que confluíram com os levantes no Equador e Chile. Abria-se uma nova fase da luta de classes. Mas, a ausência de direções revolucionárias e as manobras da burguesia, finalmente, favoreceram a política de colaboração de classes das direções sindicais, que se apossam da revolta operária e popular e bloqueiam suas tendências radicalizadas.

O Comando Nacional de Mobilização foi o canal pelo qual se impôs a conciliação de classe. Ainda que tenha sido produto da pressão das massas, ausente a direção classista, capaz de elevar seus combates ao nível da política socialista, acabaria limitando e desviando as massas para a via do colaboracionismo. A explosão da pandemia, por sua vez, agravou as condições de existência das massas, que acabaram submetidas à política burguesa de isolamento social. Nessas condições, a burguesia retomou sua ofensiva.

Mas, as violentas contradições econômicas ressurgiram. As massas começaram a demonstrar tendências de retomada da luta. Convocaram-se os primeiros protestos, que rompiam o isolamento social da quarentena. As massas voltavam, lentamente, à via dos protestos de rua. E as direções foram obrigadas a convocar uma nova greve nacional, para meados de setembro.



O assassinato de Ordoñez serviu, assim, de estopim para a retomada das mobilizações contra o governo. Mas, a revolta contra a violência policial tem por base a crise econômica, que avança destruindo empregos, salários e condições trabalhistas. Coloca-se a necessidade de dar expressão consciente ao movimento, erguendo um plano único de reivindicações das massas, que as projete em choque com o regime burguês.

Trata-se de convocar imediatamente assembleias de base, formar comitês de luta unificados entre empregados e desempregados, convocar a unificação de operários e camponeses, e demais organizações dos oprimidos, para que seja votado um programa próprio para a crise. É sobre a base de delegados eleitos e revogáveis perante as bases, que se deve convocar a formar um novo Comando Nacional de Mobilização, apoiado na democracia operária e nos métodos da ação direta. O assassinato do taxista e a revolta popular colocam as reivindicações democráticas em aberto confronto com o governo ditatorial e pró-imperialista. A vanguarda que rechaça a política de colaboração de classes das direções traidoras tem diante de si a tarefa de constituir o partido marxista-leninista-trotskista. Um passo que seja nesse sentido dará curso à superação da crise de direção revolucionária.

Estados Unidos**Prossegue a luta de classes**

Em 23 de agosto, em Kenosha (Wisconsin), um homem negro, Jacob Blake, foi alvejado sete vezes pelas costas, por um policial. Três dias depois, em Los Angeles (Califórnia), um policial assassinou mais um homem negro. Não passa uma semana em que não sejam noticiados novos casos de violência e discriminação racial pelas forças.

As massas oprimidas de negros e brancos, cansadas da violência e impunidade policial, e impulsionadas pela destruição de suas condições de vida, nos últimos anos, passaram, de protestos pacíficos e minoritários, a erguerem massivas e radicalizadas mobilizações nacionais. Desde o assassinato de Freddy Gray, em Baltimore (abril de 2014), passando pela rebelião na cidade de Ferguson, contra o assassinato de Michael Brown

(agosto de 2014), até chegar ao assassinato de George Floyd, seguiram uma linha ascendente. Mas, a ausência de uma direção revolucionária e de um plano unificado com as greves operárias deste ano levou o movimento a um impasse. O assassinato de Rayshard Brooks (Atlanta, em junho) e de Jacob Blake reascenderam os protestos que, desta vez, viriam a confluir com a disputa interburguesa eleitoral entre republicanos e democratas.

A síntese desse percurso mostra que a insurgência instintiva das massas – negras e brancas – compareceu no cenário de alta da luta grevista, o que marca um avanço da luta de classes. É sintomático que, por algum momento, se manifeste pela via da destruição e saque pelos manifestantes revoltados de cidades,

bairros, comércios e propriedades. É parte dessa avaliação, o fato dos protestos – com avanços e retrocessos – despertarem as ações armadas de milícias ultradireitistas e de suprematistas brancos que, sob a palavra de ordem de “proteger” as propriedades e comércios da “anarquia” e “esquerdistas”, passaram a agir, por todo o país, na repressão física dos protestos junto à polícia. É o que se passou em Kenosha.

No momento em que os protestos enchiam as ruas da cidade, se produziu um choque entre grupos antirracistas e milicianos ultradireitistas brancos. Kyle Rittenhouse, de 17 anos, armado com um fuzil, atirou contra manifestantes, assassinando dois deles. Rittenhouse tinha se deslocado, desde Antioch (Illinois) até Kenosha, respondendo à convocatória de milícias do Estado de Wisconsin. Quando se fizeram presentes, foram parabenizadas pela polícia, que as encorajaram a agir na repressão.



Essa constatação não significa desconhecer a importância da luta pelos direitos civis, democráticos e políticos das massas negras, para impulsionar a luta de classes. Através dela, se manifestam as tendências instintivas das massas negras de combater o regime burguês em seu conjunto. Mas, ausente sua direção revolucionária, tendem a se esgotar, e acabam servindo de base social para os desvios burgueses eleitorais e institucionais

Ocorre que a confluência do braço armado do Estado burguês e dos bandos paramilitares de suprematistas brancos tem por base material e ideológica o fato de constituírem uma manifestação da opressão social e racial, cujas raízes se firmam na escravização dos negros, e na instituição do policiamento norte-americano nos moldes das “patrulhas de escravos” do sul. Sobre essas bases, ergueu-se a matriz ideológica e racial que está na origem da polícia, expressando a supremacia branca em todas as relações políticas e sociais do país. Eis por que o fortalecimento do Estado policial – no quadro da ofensiva da burguesia monopolista contra a vida das massas – manifesta-se em suas feições mais brutais, quando desfechada sobre negros.

Certamente, essa atual projeção nacional das milícias da ultradireita racista expressa o fortalecimento das tendências fascizantes e militarizantes, que se produzem no seio da política burguesa. Quando Trump visitou Kenosha, em 1 de setembro,

como parte de sua campanha pela reeleição, defendeu a ação de Rittenhouse, considerando-a uma medida de “autodefesa”. Dias antes, tinha afirmado: “Essas eleições decidirão se defendemos o estilo de vida americano, ou se permitimos que um movimento radical o desmonte completamente e o destrua”.

Essa retórica encoraja a repressão policial e as ações das milícias contra a real auto-defesa das massas, premidas pelo desemprego e crescente pobreza. Não há outra via aos capitalistas, a não ser a retomada de seus lucros, que os obriga a recrudescer a ofensiva contra a vida das massas. O que exige esmagar suas lutas instintivas. Para isso, recorrem ao desespero da classe média branca arruinada, afogada pela desagregação da economia e o peso das dívidas, fazendo-lhes acreditar que, para preservar suas instáveis condições de existência social, é necessário o esmagamento físico das lutas, das greves.

Não por acaso é que as milícias supremacistas brancas servem aos diversos governos (federalis, estaduais e municipais). Em Portland, a polícia colaborou com lideranças da ultradireita na repressão aos protestos. Na Califórnia, em 2018, a polícia e supremacistas reprimiram ativistas antifascistas. Houve o caso de um procurador federal que recorreu ao grupo Projet Veritas (ultradireitista), para reunir provas contra jornalistas e manifestantes “anti-Trump”.

É também nessa base social das milícias que o Estado burguês recruta parte dos policiais. O FBI (Federal Bureau of Investigations) alertou que esses “infiltraram” na polícia de pelo menos 14 estados. De fato, Rittenhouse integrava o programa denominado “Explorer” (Explorador), que objetiva “treinar” adolescentes e adultos em atividades de “policiamento e vigilância comunitária”, em Illinois. Tais relações sociais, por sua vez, têm seus reflexos na política burguesa. 84% dos policiais apoiam Trump, e a maioria dos seus sindicatos serviram de reducto eleitoral de sua vitória, em 2016. Na Convenção Nacional dos republicanos deste ano, o presidente da Associação Nacional de Organizações Policiais dos EUA, Mick McHale, acusou prefeitos e governadores democratas de permitirem atos vandálicos, e de “não apoiar os agentes” policiais.

Como se vê, as forças policiais e as milícias suprematistas brancas constituem pontos de apoio social e eleitoral à política fascizante e nacional-chauvinista, que elevou Trump à presidência. Os democratas, por sua vez, apresentam sua vitória eleitoral como a única via para ampliar os direitos dos negros. No entanto, passaram-se 50 anos, e diversos governos democratas ascenderam ao poder, desde que o movimento pelos direitos civis conquistou o reconhecimento jurídico da igualdade racial. Mas, permanecem intocados os alicerces (econômicos, sociais e políticos) da segregação racial, que condicionam as relações entre negros e brancos na economia e no Estado.

Está aí expressada a completa falência da burguesia liberal e seu partido em cumprir a tarefa democrática de integrar, em igualdade de condições, a população negra à vida econômica, civil e política. Esse percurso, por outro lado, expõe os limites do movimento reformista e pacifista, que acabou se submetendo à estruturação chauvinista e militarizante das instituições burguesas.

Essa constatação não significa desconhecer a importância da luta pelos direitos civis, democráticos e políticos das massas negras, para impulsionar a luta de classes. Através dela,

se manifestam as tendências instintivas das massas negras de combater o regime burguês em seu conjunto. Mas, ausente sua direção revolucionária, tendem a se esgotar, e acabam servindo de base social para os desvios burgueses eleitorais e institucionais

Somente a luta revolucionária do proletariado pela expropriação dos grandes meios de produção e sua transformação em propriedade social, constituindo assim a ditadura do proletariado, criará as bases materiais e sociais para começar a acabar com as chagas da discriminação racial. De forma que o movimento das massas negras terá de confluir com o proletariado e demais oprimidos, na tarefa de superar a crise de direção revolucionária, construindo o partido marxista-leninista-trotskista. Eis como se elevará a revolta instintiva e espontânea das massas em política socialista consciente, bem

como se soldará a unidade política e de ação dos explorados negros e brancos.

A tarefa imediata colocada para começar a dar passos por nesse caminho é a de estabelecer uma plataforma comum para a intervenção dos explorados e oprimidos, sob uma frente única em defesa de suas vidas. E coordenar e nacionalizar os métodos da ação direta de massas: são as massas que devem arrancar da burguesia suas reivindicações, apoiadas na democracia direta e na ação coletiva. O que significa defender e pôr em prática o elementar direito da autodefesa, tanto perante a repressão do Estado, quanto dos bandos paramilitares. É no processo dessa luta que se começará se forjar uma vanguarda com consciência de classe, e se romperá com o legalismo e pacifismo, que prendem os explorados e demais oprimidos à burguesia branca racista.

Eleições nos EUA

Não se deixar enganar, nem por Trump nem por Biden

Na Convenção Nacional Democrata (agosto), o candidato à presidência para as eleições de 2020, Joe Biden, escolheu a senadora negra Kamala Harris como candidata a vice-presidente.

Na Convenção, lideranças políticas e comunitárias criticaram a desigualdade, as reduções fiscais de Trump, por “beneficiarem os ricos”, e exigiram taxaçaão das grandes fortunas, para que “paguem sua parte”. Destacaram, ainda, as intervenções do General Colin Powell (à frente das tropas norte-americanas no Iraque e Afeganistão), e Michael Bloomberg (prefeito de Nova York e dono de fundos de investimentos), que aderiram ao Partido Democrata em 2016. Particularmente, a de John Kasich que, sendo governador de Ohio, atacou greves, e manifestou-se contrário ao direito de aborto e à educação pública. No ato, chamou a burguesia e votantes republicanos a “não terem medo de Biden”, já que nunca irá fazer uma “virada à esquerda”. No encerramento, Biden disse que iria “proteger o Medicare”, que seu governo deixará “de flertar com ditadores”, e que serão implementadas reformas nos procedimentos e métodos dos corpos policiais.

A retórica “progressista” não passa de demagogia eleitoral, para atrair setores da classe média, assombradas com o reacionarismo de Trump, da juventude revoltada contra a violência policial, e das massas empobrecidas. É a promessa de que Biden “jamais virará à esquerda” (ou seja, que não irá a fundo nas reformas econômicas e policiais). Não se trata apenas de estratégia eleitoral para atrair republicanos descontentes com Trump. Mas, de uma confissão: se vitoriosos, os democratas não alterarão as bases materiais da opressão social e racial que condicionam as relações entre as classes na economia, na vida civil e no Estado.

Eis por que não houve interesse de apresentar uma farsa de programa de governo. Apenas promessas e alguns lampejos de retórica reformista. Essa colocação, entretanto, era obrigada pelas condições de convulsão social. Assim, se refletiram no discurso democrata, os choques das massas negras contra a violência e racismo policial. Porém, tanto Biden quanto Harris se negaram a se declarar favoráveis a apoiar a principal reivin-

dicação, concebida pelas direções reformistas do movimento: “desfinanciar” e reformar a polícia, reorientando seus recursos a programas sociais para as comunidades negras.

O percurso histórico do Partido Democrata está cheio dessas manobras. As figuras “esquerdistas” atraem as ilusões de setores das massas, que se deslocam à esquerda. Enquanto nas eleições internas (“prévias”) esbarram com o controle das frações mais direitistas sobre os mecanismos de eleição dos candidatos nacionais. A burocracia do aparelho partidário (ligada às famílias políticas dominantes e frações monopolistas que

(...) se vitoriosos, os democratas não alterarão as bases materiais da opressão social e racial que condicionam as relações entre as classes na economia, na vida civil e no Estado.

sustentam o partido) maneja com mãos de ferro a escolha da fórmula eleitoral. Assim, obstaculiza a ascensão dos “esquerdistas”, ao mesmo tempo em que “alinha” seus seguidores por trás dos candidatos designados pelo aparelho.

Isto se passou com Bernie Sanders, que se submeteu à candidatura de Hillary Clinton, em 2016. Aconteceu, agora, de novo, quando Sanders e Harris (candidatos nas primárias) se submeteram a Biden. O dito “socialista” e a ativista negra se ajoelharam aos desígnios do aparelho partidário, sob a palavra de ordem de “derrotar Trump”. Que isto aconteça sob as palavras de ordem da “defesa da democracia”, dos “valores americanos”, da “unidade da nação” ou da “igualdade racial”, não altera em nada seu conteúdo burguês de classe.

Isso explica por que Harris empresta-se à farsa de que seria possível a unidade nacional entre a burguesia monopolista branca – racista e opressora – com os explorados, particularmente suas camadas negras mais pobres e miseráveis. Ou seja: cumpre a função designada pelo aparelho partidário, de servir de esteio eleitoral ao movimento negro revoltado. Como procuradora-geral da Califórnia, foi favorável a manter a pena de morte, e utilizou-se dos métodos e procedimentos policiais e jurídicos racistas para projetar sua carreira. Um exemplo disso



foi sua negação a modificar os processos jurídicos e as provas policiais, que concluem no encarceramento em massa de negros. Por sua vez, Biden sempre representou politicamente o chauvinismo, que está na origem da burguesia norte-americana. Sendo um jovem Senador por Delaware, foi favorável à “igualdade” racial, mas, desde que se mantivessem segregacionadas as escolas e uso dos transportes públicos (a política denominada de “separados, mais iguais”). Foi também o principal impulsor da lei, aprovada em 1994, que favoreceu o encarceramento em massa de negros. Eis a real ténpera do homem que chegou a afirmar que não gostaria que seus filhos crescessem em uma “selva racial”.

Nota-se que a fórmula Biden-Harris objetiva ocultar por trás de um gesto cínico – a unidade e aliança do candidato “burguês branco” com a “ativista negra progressista” – a real relação de subordinação do negro ao branco em todas as esferas da vida social e do Estado.

É o que explica Christian Gines, no jornal Jacobin, dos EUA. Eis: “Tivemos uma cara preta na liderança da América do Norte por oito anos, e a situação da comunidade negra não melhorou”. De maneira que as “caras pretas em altos escalões agem apenas como ‘corretores de bolsa’ da supremacia branca, ‘vendida’ com a promessa de progresso”. São palavras que refletem quanta ilusão se depositou na farsa de que um preto na presidência modificaria a opressão histórica sofrida pelas massas negras. Qualquer que seja a fórmula eleitoral democrata, expressará as candidaturas da burguesia imperialista mais poderosa do mundo.

Ausente a direção revolucionária, capaz de traduzir a expe-

Ausente a direção revolucionária, capaz de traduzir a experiência das massas em programa socialista, elas acabam sempre sendo arrastadas por trás dos candidatos da classe dominante.

riência das massas em programa socialista, elas acabam sempre sendo arrastadas por trás dos candidatos da classe dominante. Está aí por que a radicalização política das classes médias e do proletariado se desenvolve ainda condicionada pela democracia burguesa, apesar de dar saltos instintivos à esquerda e, por momentos, entrarem em choque contra o regime burguês em seu conjunto.

O primeiro passo para avançar à independência política das massas exploradas estadunidenses é o de denunciar a impostura das candidaturas democratas, e rejeitar serem usadas como moeda de troca eleitoral para negociar reformas, cuja função é a de enganar os explorados. O que exige avançar a unidade de ação, sob um programa comum de defesa de suas condições de vida e de combate à burguesia como classe. É parte dessa tarefa de elevação política da vanguarda, a crítica programática ao percurso centrista do Socialist Worker’s Party (SWP). Or-

ganizado como seção da IV Internacional nos EUA, foi primeiro estilizado pela corrente revisionista do marxismo, nos anos de 1930. Nas décadas posteriores, sua direção demonstrou-se incapaz de elaborar os fundamentos do programa da revolução, e se constituir em fração no seio do proletariado. O que viria a confluir com as derrotas do proletariado mundial, o avanço da decomposição do estalinismo, e o estilhaçamento fracional da IV Internacional, impedindo que a ascensão da luta democrática do movimento pelos direitos civis se soldasse ao programa de expropriação revolucionária da burguesia e constituição de um governo operário (ditadura do proletariado).

As consequências desse percurso se refletem hoje como atraso na formação de uma vanguarda com consciência de classe. Entretanto, as tendências da luta de classes e a própria experiência das massas em luta favorecem que seu setor mais consciente e avançado se aproxime e assimile o programa e estratégia revolucionários, e se dedique a constituir o partido marxista-leninista-trotskista. Sob novas condições, coloca-se a necessidade de forjar a unidade revolucionária de negros e brancos explorados contra a minoria capitalista branca, sem o que será impossível conquistar reais direitos e a eliminação total do racismo.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Campanha dos 80 anos do assassinato de Trotsky e 82 anos da fundação da IV Internacional

Publicamos o posicionamento de Trotsky, diante do processo de sua exclusão do Comitê Central. Trata-se de um documento histórico, que comprova a falsificação de que Trotsky e a Oposição de Esquerda planejavam um complô militar, vinculado a agentes do oficial russo czarista Wrangel. Trotsky desmascara essa farsa, e põe às claras os reais motivos da perseguição de Stalin, que culminaria com a sua expulsão do Comitê Central. Ao identificar os elos fundamentais que sustentam a explicação de Trotsky, notamos a luta de um bolchevique que tinha por objetivo impedir a destruição do partido de Lênin.

Isolado na direção, e à mercê da camarilha montada por Stalin, Trotsky mantém a sua confiança na possibilidade de as bases operárias mais conscientes e a Oposição de Esquerda, finalmente, derrotarem o termidor, que se instalara no interior do Estado operário. Dois anos depois, Trotsky seria expulso da URSS, e a Oposição de Esquerda, esmagada pela brutal repressão policial. A expulsão do Comitê Central, de fato, foi o sinal de que estavam esgotadas as possibilidades de a Oposição de Esquerda se fortalecer e romper a camisa de força imposta pela burocracia contrarrevolucionária. Este documento, não apenas marca profundamente o caráter reacionário do estalinismo, como conserva importantes lições sobre método e concepção marxista-leninista da luta de Trotsky contra a burocratização do primeiro Estado operário triunfante.

Exclusão de Trotsky do Comitê Central

(Discurso pronunciado na Plenária do Comitê Central e da Comissão Central de Controle, em 23 de outubro de 1927)

Durante os meses de agosto, setembro e outubro, a fração estalinista se dedicou à luta contra a oposição, baseando-se nas decisões de julho-agosto. Em outubro, finalmente, chegou o momento em que a fração dirigente decidiu executar o seu projeto. O Pleno de outubro tinha por objetivo, não só eliminar Trotsky e Zinoviev do Comitê Central, mas também preparar as condições necessárias que permitissem aplicar uma política de repressão em grande escala.

O Pleno de julho-agosto tinha lançado a acusação de que a oposição se negava a defender a República dos Soviéticos contra os inimigos imperialistas. Mas, na nova fase, esta desonesta acusação, que em seguida se desacreditou, já não bastava. Foram utilizadas as últimas reservas ideológicas de que Stalin dispunha. Lançou-se, na batalha, uma nova história em torno de um pretendo complô militar, dizendo que a oposição o havia planejado. Essa nossa intervenção no complô consistia no fato de que um especialista, falando com outros especialistas – que, o mesmo que ele, não estavam entre os conspiradores, mas que podiam ter estado –, pronunciou o nome de Trotsky. Assim fez, não com a intenção de conspirar, mas, sem nenhuma intenção precisa. Que importava! Tinha-se pronunciado o nome de Trotsky; um determinado número de especialistas havia se encontrado; evidentemente, de uma maneira geral, poderia ter existido uma conspiração militar. Se bem que é verdade que o especialista militar que citou Trotsky (e milhares de pessoas pronunciavam o seu nome) achava-se, por diversos motivos, no momento da “criminoso” conversa, na Mongólia, isto é, em um lugar pouco propício para a organização de um golpe de Estado, que deveria ser em Moscou. Mas, os agitadores estalinistas, por acaso, têm o dever de dizer onde fica a Mongólia, e, em geral, dar conta da Geografia, quando intervêm diante das células do Partido? Pelo que parece, foram presos alguns especialistas, sem que existisse o menor motivo para isso.

Menjinski, presidente da G.P.U., apresentou sobre isso um informe diante do Pleno do Comitê Central e da Comissão Central de Controle, ao colocar o problema da oposição.

Inclusive, os mais grosseiros partidários da fração estalinista, os elementos mais desprovidos de consciência, escutaram o informe, com um sentimento de angústia e vergonha. A amálgama termidoriana pareceu, demasiadamente, grosseira, à luz do dia. Alguns membros da maioria manifestaram, nos corredores, sua indignação. O fracasso da trama estalinista foi de tal modo evidente diante do Pleno, que todos os oradores que intervieram, à exceção de Bukharin, que estava de si, evitaram – por prudência, ou repugnância – que se falasse dessa questão. O que não foi um obstáculo, naturalmente, para que os agitadores de Stalin continuassem envenenando o Partido com rumores relacionados com o complô contrarrevolucionário.

A exclusão de Trotsky e Zinoviev, na véspera do XV Congresso, não foi senão o preâmbulo indispensável para se processar a eliminação da oposição e a deportação dos opositores mais ativos para a Sibéria e Ásia Central. E, assim, se inaugurou uma nova etapa de desenvolvimento da Revolução.

A exclusão de Trotsky e Zinoviev, na véspera do XV Congresso, não foi senão o preâmbulo indispensável para se processar a eliminação da oposição e a deportação dos opositores mais ativos para a Sibéria e Ásia Central. E, assim, se inaugurou uma nova etapa de desenvolvimento da Revolução.

Trotsky – A proposta que fiz de discutir separadamente a questão do oficial wrangeliano ⁽¹⁾ e a do complô militar foi rejeitada. No fundo, colocava a questão de saber por quê, por quem, e como o Partido foi enganado, ao qual lhe foi dito que os comunistas da oposição faziam parte de uma organização contrarrevolucionária. Para demonstrar mais uma vez, como é concebida a discussão, vocês decidiram suprimir da ata taquigráfica, isto é, ocultar ao Partido, minha breve intervenção

sobre o oficial wrangeliano. Bukharin nos apresentou, aqui, a filosofia da amálgama termidoriana, baseada nos documentos de Menjinski, os quais não têm nada a ver nem com nossa imprensa, nem com a oposição em geral. Exigimos fatos, e não a filosofia barata de Bukharin. Os fatos não existem. Por isso, precisamente, se introduziu essa questão na discussão, valendo-se de um truque. A brutalidade e a deslealdade cresceram, a tal ponto que se transformaram em perfídia criminosa. Todos os documentos revelados por Menjinski estão voltados completamente contra a política que se aplica atualmente; basta vê-los por meio de uma análise marxista. Agora, não tenho tempo para fazê-lo. Não quero senão me deter na questão fundamental: como e por que a fração que dirige atualmente o Partido se viu obrigada a enganar o Partido, fazendo passar um agente da GPU por um oficial wrangeliano, e extirpar os fragmentos de um inquérito inacabado e, deliberadamente, exagerado, com o objetivo de introduzir o terror no Partido, valendo-se de uma falsa notícia sobre a participação dos opositoristas em uma organização



■ *Oposição de Esquerda Russa.*

A brutalidade e a deslealdade caminham ao lado da astúcia. Vocês ocultaram a nossa plataforma. Mais precisamente: procuram ocultá-la. Que significa este medo da nossa plataforma? É evidente. Temer nossa plataforma, é temer se apresentar diante das massas.

contrarrevolucionária? Por que se recorre a isso? O que se pretende com isso? Essas são as únicas perguntas que importam, do ponto de vista político. O restante ocupa um segundo, e, inclusive, um décimo plano.

Duas palavras, antes de tudo, a respeito ao denominado “trotskismo”. Com este termo, totalmente oportunista, se procura construir uma teoria. Com o objetivo de fabricar o “trotskismo”, se funciona a todo o vapor, e com três equipes de reserva, uma grande fábrica de falsificações. Recentemente, escrevi, sobre isso, uma carta ao Instituto Histórico do Partido, carta que contém cerca de cinquenta citações e documentos, e que surpreende, diante da escola histórica e teórica que temos de sofrer atualmente, em flagrante delito de falsificação, alteração e dissimulação de fatos e documentos, de desfiguração do pensamento de Lênin; tudo isso com a intenção de combater o denominado “trotskismo”. Exigi que a carta fosse enviada aos membros do Pleno, o que não foi feito. E, no entanto, a carta quase só contém citações e documentos. Enviarei para a “Folha de discussão”, ainda que tenho a certeza de que também se esconderá do Partido, pois, os fatos e documentos, que nela reproduzo, são demasiadamente estardalhaçados para a escola estalinista.

Em nossa declaração de julho do ano passado, previmos, com exatidão, todas as etapas pelas quais devia passar a demolição da direção leninista do Partido, para ser substituída pela de Stalin. Refiro-me a uma substituição temporária, uma vez que quanto mais “vitórias” obtiver o grupo dirigente, tanto mais se debilita na realidade. Podemos completar agora as nossas previsões de julho do ano passado, com a seguinte con-

clusão: o atual triunfo de Stalin, do ponto de vista da organização, precede sua queda política. Isso é totalmente inevitável e, de acordo com o regime estalinista, ocorrerá bruscamente. A tarefa fundamental da oposição consiste em reduzir ao mínimo os danos, consequências da perigosa política da direção atual, que atingirão o Partido e a sua ligação com as massas.

Vocês pretendem nos excluir do Comitê Central. Estamos inteiramente de acordo com vocês em reconhecer que essa medida deriva inteiramente do curso atual, na fase do desenvolvimento que acaba de atingir, ou melhor ainda, na fase de seu fracasso. A fração dirigente, que exclui do Partido centenas e centenas dos melhores militantes, de

operários bolcheviques inquebrantáveis; a camarilha do aparato, que se atreve a excluir bolcheviques, como Mratchkovski, Serebriakov, Preobrajenski, isto é, camaradas que poderiam constituir, por si só, um Secretariado do Partido, com maior autoridade e preparação, mais leninista, que o atual Secretariado; a fração Stalin-Bukharin, que encarcera na Prisão Interior da GPU admiráveis militantes, como Nechaiev, Stikhold, Vassiliev, Schmidt e tantos outros; a fração do aparato que se mantém violentando o Partido, afogando o seu pensamento, desorganizando a vanguarda do proletariado, não só na URSS, mas em todo o mundo; essa fração, completamente tomada pelo oportunismo, arrastou atrás de si, e ainda

arrasta, os Tchang Kai Chek, Fen Iu Siang, Wang Tin Wei, Purcell, Hiks, Ben Tillet, Kussinen, Smeral, Pepper, Heinz-Neumann, Rafès, Martinov, Kudriatiev e Ustrialov, não pode nos tolerar no Comitê Central, nem mesmo por um mês antes do Congresso. Damos conta do porquê disso.

A brutalidade e a deslealdade caminham ao lado da astúcia. Vocês ocultaram a nossa plataforma. Mais precisamente: procuram ocultá-la. Que significa este medo da nossa plataforma? É evidente. **Temer nossa plataforma, é temer se apresentar diante das massas.**

Anunciamos, em 8 de setembro, que, apesar de todas as proibições, faríamos com que o Partido conhecesse nossa plataforma, e assim, o fizemos. E realizaremos esse trabalho até o fim. Mratchkovski e os demais camaradas que imprimiram a nossa plataforma, agiram e agem em absoluta solidariedade conosco, membros opositoristas do Comitê Central e da Comissão Central de Controle. Somos inteiramente responsáveis por isso, não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista organizativo.

A deslealdade e a brutalidade que Lênin descrevia não são apenas características de uma pessoa: são características da fração dirigente, da sua política, de seu regime. Não se trata somente de procedimentos visíveis do exterior. O traço característico e essencial do atual curso é a fé na violência todo poderosa contra seu próprio Partido. Graças à Revolução de Outubro, o nosso Partido possui um potente aparato de coerção, sem o qual é impossível conceber a ditadura do proletariado. O centro dessa ditadura é o Comitê Central do nosso Partido.

Durante a vida de Lênin, quando havia um Comitê Central leninista, o aparato de organização do Partido permaneceu submetido à política revolucionária de classe, praticada universalmente. É certo que Stalin, como secretário-geral, constituiu para Lênin uma preocupação, desde o início. “Esse cozinheiro não prepara senão pratos muito condimentados”, dizia isso em meio a um círculo de camaradas íntimos, durante o X Congresso. Mas, sob a direção de Lênin, diante de um Bureau Político de composição leninista, o Secretário-geral desempenhava um papel completamente secundário. A situação começou a mudar, a partir da enfermidade de Lênin. A seleção de homens pelo Secretariado, o agrupamento dos estalinistas, por meio do aparato, assumiu um caráter de valor próprio, independentemente da linha de conduta política. Por isso, precisamente Lênin, ao pensar na eventualidade de seu afastamento do trabalho, deu um importante conselho ao Partido: “Afastar Stalin do seu posto; pois, pode conduzir o Partido à cisão e à morte”⁽²⁾. O Partido não pôde conhecer a tempo esse conselho. O aparato, habilmente selecionado, o escamoteou. As consequências desse estado de coisas se apresentam, agora, diante de nós, em toda a sua amplitude.

A fração dirigente acredita pode chegar a tudo por meio da violência. É um erro fundamental. A violência pode cumprir um papel revolucionário enorme, mas com uma condição: que esteja submetida a uma política de classe justa. A violência dos bolcheviques contra a burguesia, contra os mencheviques, contra os socialistas-revolucionários deu, em determinadas circunstâncias históricas, resultados imensos. As violências de Kerenski e de Tseretelli contra os bolcheviques não fizeram senão precipitar o fracasso do regime de colaboração. Ao excluir, ao privar do trabalho, ao encarcerar, a fração dirigente atua, por meio do açoite e do suborno, contra o seu próprio Partido. O militante operário teme dizer, na sua própria célula, o que pensa, e teme votar, segundo a sua consciência. A ditadura do aparato mantém sob terror o Partido, que deve ser a expressão maior do proletariado. Ao semear o medo no Partido, a fração dirigente diminui a capacidade deste de manter o terror entre os seus inimigos de classe. Mas, o regime do Partido não vive senão para si. Expressa toda a política da direção do Partido. No transcurso destes últimos anos, essa política foi desviada do eixo de classe, da esquerda à direita, do proletariado à pequena burguesia, do operário ao especialista, do militante de base ao funcionário, do operário agrícola e do camponês pobre ao kulak, do operário de Xangai ao Tchang Kai Chek, do camponês chinês ao oficial burguês, do proletário inglês aos Purcell, Hicks e os outros membros do Conselho Geral das Trade-Unions, e assim sucessivamente. Essa é, precisamente, a essência do estalinismo.

À primeira vista, parece como se a trajetória estalinista fosse, absolutamente, vencedora. A fração de Stalin desfecha golpes à esquerda (Moscou, Leningrado) e à direita (Cáucaso do Norte); mas, na realidade, toda a política de fração centrista se realiza sob os golpes de um duplo açoite: direita e esquerda. Privada de uma base de classe, a fração burocrática centrista oscila entre duas linhas de classe, enquanto se desvia sistematicamente, da do proletariado para a da pequena burguesia. Esse desvio não se efetua linearmente, mas sob a forma de bruscos ziguezagues.

No passado, nos deparamos com outros casos assim. O mais evidente e memorável foi a ampliação das instruções eleitorais, em consequência da pressão exercida pelo kulak (açoite de direita). Depois, a revogação dessas concessões, diante do impulso da oposição (açoite de esquerda). E depois houve não poucos ziguezagues, diante da legislação operária, dos salários, da política dos impostos, da atitude em relação ao comerciante privado, etc. E o curso geral se desvia, ao mesmo tempo, para a direita. O manifesto, publicado por ocasião do décimo aniversário de Outubro, constitui, sem dúvida, um ziguezague para a esquerda. Mas não perdemos de vista, nem um só instante, de que se tratava de um ziguezague que, por si mesmo, não modificava a direção geral da política, e devia, inclusive, – em um futuro muito próximo – apressar a política do centro diretor, que continuaria seu desvio para a direita.

Hoje, os gritos lançados devido à ofensiva intensa contra o kulak, perante o qual até ontem se dizia: “Enriquecei!”, não podem modificar essa linha de conduta, como também não farão variar as surpresas preparadas por ocasião de acontecimentos como o da jornada de trabalho de sete horas. A linha política da atual direção está determinada, não por alguns ziguezagues de aventureiros, mas pelo apoio social que essa linha reuniu em torno de si, em sua luta contra a oposição. Por meio do aparato estalinista, do regime de Stalin, a vanguarda do proletariado sofre a pressão dos burocratas, que se fortaleceram (incluindo os burocratas operários), dos administradores, dos pequenos patrões, dos novos proprietários, dos intelectuais privilegiados



da cidade e do campo, de todos os elementos que começam a mostrar o punho do kulak ao proletariado, dizendo-lhe: “Já não estamos em 1918!”.

Não é o ziguezague pela esquerda que decide, mas a linha de conduta política que serve de fundamento. É a seleção dos amigos de ideias, são os quadros, é a base social. Não se pode estrangular as células operárias e exercer, ao mesmo tempo, uma pressão sobre o kulak. Um é incompatível com o outro. Desde que se chegue à realização do ziguezague de esquerda, promulgado por ocasião do aniversário, se tropeçará com uma resistência cada vez maior e mais encarniçada nas próprias fileiras da maioria.

Hoje: “Enriquecei!”; amanhã: “Deskulakizai-vos!” Para Bukharin, tudo é fácil. Uma penada, e pronto. Mas o kulak, e o administrador, e o burocrata empedernido, e o «ustrialovista», têm uma ideia muito diferente. Esses se inclinam diante dos ziguezagues de aniversário, e falarão quando chegar o momento.

É um fato que a burguesia interna exerce pressão sobre a ditadura do proletariado e sobre sua vanguarda proletária, de maneira menos ousada, menos hábil, menos astuta que a da burguesia mundial. Mas, essas duas pressões são exercidas juntas, simultaneamente.

O camarada Tomski, mais conectado que os outros, se manifestou, como se sabe, contra o ziguezague do aniversário. Tomski pressente que os operários lhes exigirão contas dos sindicatos. E é ele quem deve responder. Amanhã, os operários exigirão de Tomski que interrompa, de fato, o curso à direita, denominado no manifesto curso para a esquerda, o que tornará inevitável a luta no interior o bloco dirigente. Na ala direita do nosso Partido, coexistem o administrador e o sindicalista. Agora, constituem um bloco, como já aconteceu mais de uma vez na história do movimento operário internacional. Mas o ziguezague à esquerda do aniversário levantará uma barreira entre o administrador e o sindicalista. O homem do aparato, que oscila entre os dois, perderá seu ponto de apoio. O ziguezague do aniversário é a confissão mais inegável e mais clara de que a oposição tem razão em todas as questões essenciais da vida interior da cidade e do campo. Por outro lado, constitui a própria desaprovação política da fração dirigente, seu certificado de indigência. Uma desaprovação verbal, uma vez que é incapaz de lhe dar depois um curso prático. O ziguezague do aniversário não retardará, mas acelerará a falência política do curso atual da direção.

O atual regime do Partido é derivado de toda a política da direção. Atrás dos extremistas do aparato, se encontra a burguesia interna, que renasce. E, por trás dessa, está a burguesia mundial. Todas essas forças pesam sobre a vanguarda do proletariado, e lhe impedem de levantar a cabeça, abrir a boca. E, quanto mais a política do Comitê Central se desvia da linha de classe, mais se vê obrigado a impor essa política por cima da vanguarda proletária, por meio de medidas coercitivas. Daqui nasce o regime insuportável, que impera no Partido. Quando Martynov, Smeral, Rafés e Pepper dirigiam a Revolução Chinesa, Mratchkovski, Serebriakov, Preobrazhenki, Charov e Sarkis eram excluídos do Partido, por terem impresso e divulga-

do uma plataforma bolchevique para o Congresso. Esses fatos não são apenas internos ao Partido. Não: nesses fatos a influência política ativa das classes já encontra sua expressão.

É um fato que a burguesia interna exerce pressão sobre a ditadura do proletariado e sobre sua vanguarda proletária, de maneira menos ousada, menos hábil, menos astuta que a da burguesia mundial. Mas, essas duas pressões são exercidas juntas, simultaneamente. Os elementos da classe operária e do nosso Partido, que foram os primeiros a prever o perigo que se aproximava; que foram os primeiros que falaram dele; ou seja, os representantes da classe operária mais revolucionários, determinados, perspicazes e irredutíveis, fazem parte hoje dos quadros da oposição. E esses quadros estão se desenvolvendo, tanto dentro do nosso Partido, como internacionalmente.

Os acontecimentos e fatos mais importantes provam que estamos certos. A repressão fortalece nossos quadros, reúne em nossas fileiras o melhor dos “velhos” do Partido, tempera os jovens, reúne os verdadeiros bolcheviques da nova geração em torno da oposição. Excluídos do Partido, os oposicionistas são os melhores homens do Partido. Aqueles que os excluem são – sem ainda se dar conta disso – o instrumento de pressão das outras classes sobre o proletariado. Ao tentar pisotear nossa plataforma, a fração dirigente executa uma ordem social dada por Ustrialov, isto é, pela pequena e média burguesia, que ressurgem. Contrariamente à política da velha burguesia emigrada, e em decadência, Ustrialov, com a sua política inteligente e clarividente, da nova burguesia, não aspira à revolução, às grandes convulsões; não pretende, claramente, “saltar etapas”. A marcha ustrialovista atual é o curso estalinista. Ustrialov se dirige abertamente a Stalin. Exige de Stalin punição à oposição. Ao excluir e prender os oposicionistas, lançando contra nós uma acusação essencialmente termidoriana a respeito do oficial de Wrangel e à conspiração militar, Stalin executa a ordem social de Ustrialov.

O objetivo imediato de Stalin é: dividir o Partido; dividir a oposição; acostumar o Partido aos métodos de exaustão física; formar equipes de destruidores fascistas, de homens que trabalham com os punhos, a pedradas; colocar pessoas na prisão. Nesses métodos, o curso estalinista foi interrompido, momentaneamente, antes de ir mais longe. Mas seu caminho está traçado. Que necessidade os Yaroslaskis, Chvernik, Golocheikin e outros têm de discutir sobre as cifras de controle, já que podem jogar na cabeça de um oposicionista um grosso livro de cifras de controle? [1]. O estalinismo encontra sua expressão desenfreada, deixando-se levar a verdadeiros atos de expertise. Repitamos: esses métodos fascistas não são outra coisa senão o cumprimento cego – inconsciente – de uma ordem social procedente de outras classes. O objetivo? Amputar o partido da oposição, e esgotá-lo fisicamente.

Já há quem diga: “Excluiremos mil, fuzilaremos centenas, e a calma renascerá no Partido”. Assim falam esses desventurados cegos, assustados e acorrentados ao mesmo tempo. É a voz do Termidor. Os piores burocratas, corrompidos pelo poder, cegos pelo ódio, preparam essa política termidoriana com todas as suas forças. E, para isso, precisam de dois partidos. Mas, a violência se chocará com uma linha política justa, que conta a seu favor com a coragem revolucionária dos quadros da oposição. Stalin não criará dois partidos. Dizemos abertamente ao

Partido: a ditadura do proletariado está em perigo. E estamos firmemente convictos de que o Partido – seu núcleo proletário – nos ouvirá, compreenderá e ratificará. O Partido já está profundamente agitado; amanhã se agitará até seu último limite.

Por trás dos poucos milhares de oposicionistas, que pertencem aos quadros do Partido, há uma dupla, uma tripla camada de adeptos da oposição, e por trás de uma camada ainda maior de membros operários do Partido, que já começaram a ouvir atentamente a oposição e a se aproximar dela. Esse processo é inevitável. O operário sem partido não se deixou vencer pelos ataques e calúnias que nos dirigem. Sua legítima insatisfação com o desenvolvimento da burocracia e do regime de mordida foi expressa pela classe operária de Leningrado, em sua eloquente demonstração, em 17 de outubro. O proletariado é, decididamente, a favor do poder dos Soviéticos, mas quer outra política. Todas essas coisas são inevitáveis. O aparato é impotente para combatê-lo. E, quanto mais violentas as repressões, mais fortalecerão a autoridade dos quadros da oposição aos olhos dos comunistas de base e da classe operária como um todo. Para cada cem oposicionistas excluídos do Partido, haverá um novo milhar de oposicionistas. O oposicionista excluído continua e continuará a sentir-se membro do Partido. A filiação do Partido pode ser tirada do verdadeiro Bolchevique Leninista pela violência; seus direitos de filiação partidária podem ser temporariamente retirados; mas isso não significa que ele deixará de cumprir suas obrigações como membro do Partido. Quando Jansson perguntou ao camarada Mrachkovski, na sessão da Comissão de Controle Central, o que faria se fosse excluído do Partido, o camarada Mrachkovski respondeu: “Continuarei como antes.”

Cada oposicionista responderá da mesma forma, não importa onde sejam excluídos: do Comitê Executivo da Internacional Comunista, do Comitê Central, do Partido Comunista, da União ... Todos dizemos com Mrachkovski: “Continuarei como antes.”

Temos em mãos a chave do bolchevismo, e não será você quem a tirará de nós. Saberemos como tirar proveito disso. Vocês não vão nos amputar do Partido, não vão nos separar da classe operária. Conhecemos as repressões e estamos acostumados com os golpes. Iremos disputar a Revolução de Outubro contra a política de Stalin, cuja essência pode ser expressa em poucas palavras: amordaçamento do núcleo proletário; confraternização com os conciliadores de todos os países; capi-

tulação diante da burguesia mundial.

Exclua-nos, pois, do Comitê Central um mês antes do Congresso, que vocês já se encarregaram de transformar em uma reunião de partidários da fração de Stalin. O XV Congresso será, do ponto de vista externo, uma espécie de triunfo definitivo da mecânica do aparato. Mas, na realidade, simbolizará seu colapso político completo. As vitórias da fração de Stalin são as vitórias das forças das classes estranhas à vanguarda proletária. As derrotas do Partido, sob a direção de Stalin, são as derrotas da ditadura do proletariado. O Partido já está ciente disso. Correremos em seu auxílio. A plataforma da oposição está na mesa do Partido. Depois do XV Congresso, a oposição será, no Partido, incomparavelmente mais forte do que neste momento. O calendário da classe operária e o calendário do Partido não coincidem com o calendário burocrático de Stalin. O proletariado pensa lenta, mas seguramente. Nossa plataforma acelerará esse processo. E, em última análise, será a linha política que decidirá, e não a mão de ferro burocrática.

A oposição é invencível. Mesmo hoje, com nossa exclusão do Comitê Central, como ontem, com a exclusão de Serebriakov e Preobrazhenki do Partido, e com a prisão de Fichlev e outros. Nossa plataforma abrirá caminho. Os operários de todos os países já se perguntam, com a maior preocupação, por que os melhores combatentes daquela Revolu-

ção são excluídos e detidos, por ocasião do décimo aniversário da Revolução de Outubro. De quem é a culpa? De que tipo? O que venceu em outubro ou o que pressiona para minar a vitória de outubro? Mesmo os operários retardatários de todos os países, despertados por suas repressões, acatarão nossa plataforma, para verificar a calúnia ignóbil lançada e propagada sobre o oficial de Wrangel e a conspiração militar.

As perseguições, exclusões e prisões farão de nossa plataforma o documento mais popular, mais querido do movimento operário internacional. Exclua-nos. Nem por isso, impedirão as vitórias da oposição. Essas vitórias serão as da unidade revolucionária de nosso Partido e da Internacional Comunista.

[1] Durante uma discussão, Yaroslavsky, fora de si, atirou um grosso volume do Plano de Estado na cabeça de Trotsky.

(Tradução do capítulo do livro “La Revolution Desfigurada, Obras de Leon Trotsky, tomo 2, Juan Pablos Editor), México, 1972)

As perseguições, exclusões e prisões farão de nossa plataforma o documento mais popular, mais querido do movimento operário internacional.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 617, concluímos a discussão em torno às medidas econômicas de capitalismo de Estado. Em meados de 1918, agravava a crise econômica e agravava a fome. O acordo de Brest-Litovsk havia dado um fôlego ao governo soviético, uma vez que não tinha de responder à invasão do imperialismo alemão. Assim, poderia se dedicar mais às questões internas, embora não pudesse se descuidar das externas. A miséria e a fome serviam às forças burguesas que resistiam à consolidação da revolução. A fração dos “comunistas de esquerda”, mencheviques, socialistas de esquerda e anarco-sindicalistas faziam oposição à política econômica elaborada por Lênin, como fizeram quanto ao acordo de Brest-Litovsk.

A retenção dos excedentes de cereais e alimentos pelos camponeses ricos resultava em mais miséria e fome nos centros urbanos, amplamente sentidos em Petersburgo e Moscou. O que exigia não apenas romper o boicote do camponês rico como estabelecer um monopólio de reservas estatais de cereais e alimentos. Sem que se abastecesse a população das necessidades primárias de existência não era possível estabilizar a situação interna e vencer a guerra defensiva. Não havia outro meio senão enviar destacamentos militares ao campo para quebrar a barreira de resistência montada pela burguesia camponesa. E cobrar os impostos que sonegavam. Tratava-se, evidentemente, de medidas emergenciais, nas condições em que ainda persistiam a guerra civil e o imperialismo mantinha o cerco a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O fundamental estava em travar o combate para unir os pobres do campo por detrás das diretrizes do governo socialista e derrotar o camponês rico (kulaks).

Na discussão “Sobre os armazenamentos de víveres autônomos”, Lênin formula a questão de fundo: “Todos os operários e camponeses famintos devem compreender que unicamente mediante o esforço comum, organizando milhares dos melhores operários em destacamentos de abastecimentos comuns, unicamente pondo em movimento as forças unidas, combinadas, comuns, de massa, dos operários para combater pela ordem, pelo pão, se pode vencer a fome e a desordem, e derrotar os especuladores e kulaks”.

A proposta de se fazer armazenamentos autônomos e separados se opunha à orientação centralista de Lênin, que considerava o autonomismo um perigo para o abastecimento e a própria revolução, cujos resultados seriam “a desorganização e a desagregação”. O projeto de Lênin, discutido com representantes das organizações ferroviárias, transporte por água, e os representantes dos operários das fábricas metalúrgicas e do sindicato dos operários ferroviários, foi

no sentido contrário ao do autonomismo. Conclui: “Recrutar os melhores e mais fiéis operários, de cada mil operários e empregados, em destacamentos para constituir uma força combatente de toda classe operária, para restabelecer a ordem, para ajudar a vigilância, para armazenar os excedentes de cereais, para a vitória completa sobre os especuladores: unicamente nisto está a salvação”. Esse projeto foi aprovado em 29 de maio de 1918, pelo Conselho de Comissários do Povo (CCP). A sabotagem dos kulaks, a miséria e a fome exigiam medidas circunstanciais de estado de exceção, próprias de uma situação de guerra.

Em um esboço “Teses sobre a situação atual”, Lênin estabelece 12 pontos que deveriam ser aplicados emergencialmente por três meses. Entre eles, declarar estado de sítio, mobilizar o exército, implantar o fuzilamento por indisciplina, organizar a campanha militar pelo armazenamento de cereais e alimentos, implantar responsabilidade coletiva de todo o destacamento, condenando qualquer caso de pilhagem, utilizar o monopólio dos cereais, para desenvolver ajuda aos pobres do campo, implacável repressão aos kulaks que retenham excedentes de cereais. No ponto 12, consta a seguinte orientação: “Aprovar no Conselho de Comissários do Povo e no Comitê Executivo Central o seguinte: a) reconhecimento do estado de greve período do país quanto ao abastecimento de víveres; b) estado de sítio; c) mobilização do exército, junto com sua reorganização no

sentido anterior indicado, para a campanha pelos cereais; d) elaborar em seguida, em cada distrito e subdistrito onde existem excedentes de cereais, uma lista de ricos proprietários de terras (kulaks), de comerciantes de cereais, etc. tornando-os pessoalmente responsáveis pela coleta de todos os excedentes de cereais; e) designar para cada destacamento militar - ainda que não seja mais de um para cada dez homens, aproximadamente, - as pessoas recomendadas pelo PCR, socialistas revolucionários de esquerda ou sindicatos”.

A proposta de se fazer armazenamentos autônomos e separados se opunha à orientação centralista de Lênin, que considerava o autonomismo um perigo para o abastecimento e a própria revolução, cujos resultados seriam “a desorganização e a desagregação”.

Essas medidas de guerra emergiam, como se nota, das ameaças que ofereciam a resistência dos kulaks em abastecer os centros urbanos. Caso se prolongassem a sabotagem, a miséria e a fome, levariam, inevitavelmente, ao levante das massas e ao descrédito no governo revolucionário. Lênin expõe cruamente a condições concretas, econômicas e sociais, extrai um diagnóstico de classe, propõe medidas duras e centralizadoras e apresenta o método da ação política. Evidencia aos organismos dirigentes do Estado operário, aos soviets, às organizações sindicais, ao partido bolchevique e às demais forças políticas, que se tratavam de medidas transitórias da ditadura do proletariado contra os kulaks e todos aqueles que se negavam a derrotar os sabotadores e inimigos do socialismo.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIX, Akal Editor)